



Departamento de Sociologia

(In) Tolerância Social na Europa:
Minorias Étnicas, Grupos Estigmatizados e
Toxicodependentes

Pedro Miguel Esteves Varela Candeias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor José Manuel Pinto Leite Viegas, Professor Associado com Agregação,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Cícero Roberto Pereira, Investigador Auxiliar,
ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Setembro de 2012

(In) Tolerância Social na Europa: Minorias Étnicas, Grupos Estigmatizados e Toxicodependentes
Pedro Miguel Esteves Varela Candéias

Setembro, 2012



Departamento de Sociologia

(In) Tolerância Social na Europa:
Minorias Étnicas, Grupos Estigmatizados e
Toxicodependentes

Pedro Miguel Esteves Varela Candeias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor José Manuel Pinto Leite Viegas, Professor Associado com Agregação,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Cícero Roberto Pereira, Investigador Auxiliar,
ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Setembro de 2012

AGRADECIMENTOS

De entre uma pluralidade de pessoas que de uma forma ou outra me ajudaram durante o processo que foi a elaboração desta tese agradeço aos seguintes:

Ao Prof. Doutor José Manuel Leite Viegas e ao Prof. Doutor Cícero Roberto Pereira, orientador e coorientador respetivamente, pela orientação, paciência e disponibilidade.

À Prof. Doutora Maria Manuela Mendes por me ter iniciado na investigação científica.
À Prof. Doutora Susana Henriques com quem tenho trabalhado nos últimos anos pela flexibilidade laboral que permitiu que eu pudesse dedicar parte substantiva do meu tempo à redação da presente tese.

Ao Prof. Doutor André Freire pelos concelhos que me deu numa fase ainda inicial deste projeto.

Aos meus colegas de mestrado: Alexandra Barros, Edgar Jacob e Kezita Michingi que (em princípio) resistiram até à data ao programa de mestrado mais difícil.

Ao meu colega de gabinete Tiago Carvalho pelo interesse e disponibilidade em debater os meus modelos teóricos, hipóteses e resultados.

Por fim, uma palavra especial à Bárbara e à Diana (ordem alfabética) por terem estado ao meu lado nestes últimos anos.

RESUMO

Os primeiros estudos de grande porte sobre a tolerância foram efetuados nos EUA e datam dos anos 1950. Desde então, a análise tem vindo a tornar-se mais abrangente, de tolerância política passou a estudar-se também tolerância social. De uma análise centrada em grupos associados à esquerda do espectro político passaram a ser contemplados diversos grupos políticos minoritários bem como grupos socialmente marginalizados. A dissertação que se apresenta tem com objetivo testar um modelo de preditores para um indicador de intolerância social geral e três indicadores de intolerância face a grupos-alvo específicos: minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes. Com dados do European Value Study de 2008 e com recurso a regressões multinível são testados preditores de nível contextual e individual. Nos primeiros incluem-se indicadores de modernização, democratização e sentimento de ameaça. Os preditores de nível individual são classificados em sociodemográficos, sociopolíticos, de capital social e psicossociais. Os resultados indicam que, nos preditores sociodemográficos nenhum deles prediz de forma significativa e transversal a intolerância face a todos os grupos-alvo. Nos preditores referentes à dimensão política o eixo de valores materialistas/pós-materialistas, o auto-posicionamento no eixo esquerda-direita, a participação política extraeleitoral e o suporte ao multiculturalismo são transversalmente significativos em todos os modelos. Na dimensão do capital social, a confiança interpessoal é relevante em todos os modelos. Na dimensão psicossocial tanto o bem-estar subjetivo como o conformismo são significativos na relação com a intolerância face a todos os grupos-alvo. Nenhum dos preditores de nível agregado se revelou significativo nos quatro modelos, o indicador de modernização não é significativo na intolerância face a minorias étnicas, já o sentimento de ameaça apenas é significativo no modelo de intolerância face a toxicodependentes. Foram ainda testadas duas interações *cross-level*: entre o sentimento de ameaça e o habitat e entre a longevidade e o suporte à democracia.

Palavras-chave: tolerância social, minorias étnicas, grupos estigmatizados, toxicodependentes, análise multinível.

ABSTRACT

The first large studies on tolerance were made in the USA and date from the 1950s. Since then, analysis has become broader, covering political and social tolerance. Also, from an analysis centered on leftist groups, to span various political minorities, as well as some socially marginalized groups. The thesis presented here aims to test a model of predictors for a measure of general social intolerance, and social intolerance against three groups: ethnic minorities, stigmatized groups and drug addicts. With data from the 2008 European Value Studies and using multilevel regression models, predictors both from national as individual level are tested. The first level includes indicators of modernization, democratization and threat feeling. The

individual-level predictors are classified as demographic, sociopolitical, social capital, and psychosocial. Results indicate that none of the sociodemographic predictors are significant and transversal towards all target groups. In predictors related to the political dimension, the axis materialistic/ post-materialistic values, the self position in left-right axis, the extraeleitoral political participation and the support for multiculturalism are significant across all models. In the dimension of social capital, interpersonal trust is relevant in all models. In the psychosocial dimension subjective, well-being, as well as conformism, are significant in relation to intolerance of all target groups. None of the predictors of the aggregate level proved to be significant in all four models, the indicator of modernization is not significant in intolerance against ethnic minorities; the threat feeling is significant only in the model of intolerance against drug abusers. Further, we tested the existence of two cross-level moderation effects: between threat feeling habitat and between longevity and support for democracy.

Keywords: social tolerance, ethnic minorities, stigmatized groups, drug addicts, multilevel regression models.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Pergunta de partida.....	1
1.2. Objetivos.....	1
1.3. Relevância do estudo.....	1
1.4. Estudos sobre a tolerância face a grupos específicos.....	1
1.5. Os debates em torno da tolerância.....	2
2. HIPÓTESES.....	5
2.1. Hipóteses a nível contextual.....	5
2.1.1. Modernização.....	5
2.1.2. Democratização.....	5
2.1.3. Sentimento de ameaça.....	6
2.2. Hipóteses a nível individual.....	8
2.2.1. Sociodemográficas.....	8
2.2.2. Valores, orientações, e práticas políticas.....	14
2.2.3. Capital social.....	17
2.2.4. Psicossociais.....	19
3. MÉTODO.....	21
3.1. Variáveis-critério.....	21
3.2. Variáveis preditoras.....	24
3.2.1. Variáveis preditoras a nível contextual.....	24
3.2.2. Variáveis preditoras a nível individual.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
4.1. Intolerância geral.....	30
4.2. Intolerância face a grupos-alvo específicos.....	33
4.3. Efeitos de interação.....	38
5. CONCLUSÃO.....	41
5.1. Síntese.....	41
5.2. Limitações.....	45
5.3. Futura direção da pesquisa.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	46
A. Validação da estrutura latente da intolerância e validação da equivalência do modelo.....	I
B. Preditores.....	V

C. Construção do indicador individual de classe social.....	XI
D. Distribuição geográfica da intolerância na Europa	XIII
E. Medidas descritivas	XIV

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 4.1: Coeficientes de regressão linear hierárquica multinível e erros padrão para intolerância social geral na Europa	31
Quadro 4.2: Coeficientes de regressão linear multinível e erros padrão para intolerância social geral, face a minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes na Europa.....	37
Quadro A.1: Principais componentes da intolerância social na Europa	I
Quadro A.2: Comparação das medidas de ajustamento entre modelos	IV
Quadro A.3: Agregação de países.....	IV
Quadro A.4: Equivalência do modelo	IV
Quadro B.1: Preditores contextuais	V
Quadro B.2: Preditores sociodemográficos	VI
Quadro B.3: Preditores de valores, orientações e práticas políticas.....	VII
Quadro B.4: Preditores de capital social.....	IX
Quadro B.5: Preditores psicossociais	X
Quadro C.1: Matriz de construção da variável situação na profissão.....	XI
Quadro C.2: Matriz de construção do indicador individual de classe social ACM	XII
Quadro C.3: Agregação da tipologia de classe social ACM	XII
Quadro E.1: Medidas descritivas dos preditores por grupos de países, médias (desvios-padrão)	XIV
Figura 3.1: Distâncias entre itens.....	22
Figura 3.2: Estrutura fatorial da intolerância.....	23
Figura 4.1: Intolerância geral e face aos três grupos-alvo por grupos de países.....	29
Figura 4.2: <i>Habitat</i> X taxa de homicídio na intolerância geral.....	39
Figura 4.3: <i>Habitat</i> X taxa de homicídio na intolerância face a minorias étnicas	39
Figura 4.4: <i>Habitat</i> X taxa de homicídio na intolerância a grupos estigmatizados.....	39
Figura 4.5: Suporte à democracia X longevidade da democracia na intolerância face a grupos estigmatizados.....	39
Figura A.1: Modelo 1	III
Figura A.2: Modelo 2	III
Figura A.3: Modelo 3	III
Figura A.4: Modelo 4	III
Figura D.1: Intolerância geral na Europa.....	XIII

Figura D.2: Intolerância face a grupos estigmatizados na Europa	XIII
Figura D.3: Intolerância face a toxicodependentes na Europa	XIII
Figura D.4: Intolerância face a minorias étnicas na Europa.....	XIII

1. INTRODUÇÃO

1.1. Pergunta de partida

A pesquisa que se apresenta terá como fio condutor a seguinte questão: que fenómenos explicam a intolerância social? Algumas sub-questões derivam desta: em termos empíricos, quais as variáveis relacionadas com indicadores de intolerância social? Existirão grupos-alvo relativamente distintos com diferentes níveis de intolerância? Assumirá a intolerância social diferentes distribuições pela Europa?

1.2. Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a intolerância social na Europa. Mais concretamente, pretende-se testar um modelo de preditores multinível para um indicador de intolerância social geral e três indicadores de intolerância face a grupos-alvo específicos (minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes). Serão considerados tanto preditores de carácter individual, como de natureza contextual (a nível dos países). O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: nesta introdução apresenta-se a relevância do estudo, inclui-se uma breve contextualização dos estudos sobre a tolerância bem como alguns debates que têm ocorrido neste campo. Num segundo capítulo, levantam-se as hipóteses da pesquisa. Na terceira secção são apresentadas as variáveis que constituem o modelo. No quarto capítulo apresentam-se e discutem-se os resultados à luz das hipóteses propostas. Por fim, no quinto capítulo, sintetizam-se os resultados, apontam-se algumas limitações da pesquisa e levantam-se pistas para próximas investigações.

1.3. Relevância do estudo

O trabalho que se apresenta é relevante uma vez que são ainda poucos os trabalhos que testaram indicadores de tolerância em modelos multinível, podendo ser dados apenas como exemplos conhecidos modelos de preditores para a tolerância política (Peffley & Rohrschneider, 2003), e para a tolerância social face a homossexuais (Adamczyk & Pitt, 2009) e um trabalho não publicado sobre tolerância social (Peral, Ramos, & Pereira, 2011).

1.4. Estudos sobre a tolerância face a grupos específicos

Os estudos empíricos sobre a tolerância não são uma novidade nas ciências sociais, tiveram o seu início nos Estados Unidos da América, durante o pós-guerra. Inicialmente estes trabalhos incidiam na tolerância política face a grupos associados à esquerda do espectro político. Posteriormente a análise complexificou-se, sendo estudada tanto tolerância política como tolerância social, passando também a ser abrangidas tanto minorias políticas como grupos socialmente marginalizados.

No que concerne os grupos-alvo, os estudos sobre a tolerância têm vindo a analisar quer medidas gerais de tolerância face a uma pluralidade de grupos minoritários, quer dirigidos a grupos específicos. No que se refere a estudos que utilizam medidas de tolerância geral podem ser dados como exemplos os trabalhos de Sullivan et al. (1981), Roberts, Walsh & Sullivan (1985), Bobo & Licari (1989) ou Wilcox & Jelen (1990). No que diz respeito aos estudos dedicados à tolerância face a grupos específicos, estes têm vindo a ser dirigidos a minorias ideológicas/políticas como o Klu Klux Klan (Gibson, 1987), comunistas (Mueller, 1988), fascistas (Duch & Gibson, 1992); ou a grupos percebidos como etnicamente diferenciados (Kunovich & Hodson, 1999). Mais recentemente, as pesquisas têm incidido também em minorias sexuais (Adamczyk & Pitt, 2009; Heinze & Horn, 2009; Hooghe, Claes, Harell, Quintelier, & Dejaeghere, 2010) e religiosas (Merino, 2010; Noll, Poppe, & Verkuyten, 2010). Nos estudos sobre a tolerância face a grupos específicos, tem-se vindo a observar uma maior abrangência dos grupos em análise. De uma abordagem centrada em minorias ideológicas, os trabalhos mais recentes passaram a abarcar grupos associados a estilos de vida alternativos como o caso dos homossexuais.

1.5. Os debates em torno da tolerância

O trabalho de Stouffer (1955) é considerado o primeiro estudo de grande envergadura sobre a tolerância, embora não apresentasse uma definição clara do conceito considerava que os seus indicadores aferiam uma predisposição para atribuir alguns direitos a pessoas com pontos de vista com os quais o inquirido possivelmente discordava (p.111). Mais concretamente, as questões eram dirigidas a determinados grupos-alvo (socialistas, ateus, comunistas) e focada em determinadas liberdades civis (dar aulas, ter um programa de rádio, fazer discursos à comunidade, etc.).

Posteriormente, Sullivan et al. (1982) levantaram algumas críticas ao trabalho de Stouffer, mais especificamente ao nível da operacionalização do conceito, das explicações teóricas e das suas previsões, críticas expostas de seguida. Argumentavam que Stouffer não estudava tolerância como uma atitude geral mas sim tolerância face a um grupo específico, existindo necessidade de diversificar os grupos estudados. Criticaram a operacionalização do conceito proposta por Stouffer, uma vez que as suas questões apenas procurava conhecer se os inquiridos consideravam que deviam ser cedidas liberdades civis aos grupos-alvo em estudo, não permitiam conhecer a existência de sentimentos negativos face a estes grupos. Na pesquisa liderada por Sullivan (1982) foram incluídas questões que permitiam aferir se os inquiridos eram adversos aos grupos-alvo em estudo, defendendo que só nesse caso se poderia considerar a existência de tolerância. Esta técnica ficou conhecida como *least-liked*. Nos seus termos, tolerância “implies a willingness to “put up with” those things one rejects or opposes” (Sullivan et al., 1982 p.2). Esta já tinha sido a posição de Allport (1979) relativamente à tolerância social

quando referia que “when we say that we tolerate [...] a neighbor, we certainly do not mean that we like them, but merely that in spite of our dislike we shall endure them” (p.425). Sullivan et al. (1982) partiam do pressuposto de que a intolerância seria uma tendência “natural” que o indivíduo poderia ou não contrariar. Também em Marcus et al. (1995 p.4) é sugerido que a intolerância seja uma atitude mais automática que a tolerância devido à facilidade com que as pessoas interiorizam estereótipos e preconceitos face a exogrupos. Nesta perspectiva tolerância implica obrigatoriamente oposição ou desacordo face aos grupos-alvo, sendo diferenciada tolerância de simples indiferença, simpatia ou pertença aos mesmos.

Foi também criticado o mecanismo causal avançado por Stouffer (1955). Uma vez que grande parte das suas explicações eram baseadas no que foi considerado uma teoria cognitiva, no sentido em que a tolerância é *aprendida* com o contacto (Stouffer, 1955 p.127), Sullivan e colegas acusavam Stouffer de ignorar o efeito de outros fatores estruturais relevantes como a ocupação ou o *status* (Sullivan et al., 1982 pp.114-126).

Stouffer (1955 p.91) previa uma tendência para se observar um aumento da tolerância nos EUA, especialmente devido à substituição das gerações da época por novas gerações mais escolarizadas. A equipa de Sullivan (1982 p.53) criticou a previsão de Stouffer, alertando que a sua perspectiva, ao estar circunscrita a apenas um tipo de grupo-alvo, estaria limitada temporalmente (*time-bounded*), devendo os resultados de Stouffer ser interpretados tendo em conta o contexto do Macartismo que se vivia na altura (p.28). Com o declínio da saliência da questão comunista, os indicadores de Stouffer perderam a sua capacidade heurística para analisar a tolerância (p.60). Desta forma, consideravam necessário estudar a tolerância face a uma pluralidade de grupos-alvo, uma vez que se deu uma mudança nas atitudes da população norte-americana, de uma atenção centrada nos grupos de esquerda para uma “intolerância pluralista” (p.77).

A crítica de Sullivan et al. ficou conhecida como a tese revisionista, ou, nos termos de Sniderman et al. (1989) a tese emotivista. Esta última equipa adjetiva a teoria de emotivista, uma vez que parte do princípio que para que se seja tolerante seja necessária a existência de emoções negativas (*dislike*) face ao grupo-alvo.

A teoria revisionista veio a ser posta em causa por Sniderman et al. (1989). Para estes autores a tese de Sullivan peca por sobrevalorizar o impacto das emoções na razão política (p.25), considerando que a técnica *least-liked* é demasiado restritiva (p.41). Foi ainda defendido que a oposição face a um determinado grupo não seria condição necessária para a tolerância, sendo possível ser-se tolerante face a grupos perante os quais o cidadão é indiferente (p.41).

Enquanto Sullivan et al. (1982 p.105) verificaram que, na componente *least-liked*, os inquiridos auto-posicionados ideologicamente à esquerda tendiam a selecionar mais frequentemente grupos de direita (e vice-versa para os inquiridos de direita), Sniderman et al. (1989) vieram demonstrar que, face a determinadas atividades, a ordenação dos grupos

intolerados é idêntica, independentemente da ideologia dos cidadãos. A maior crítica apontada ao trabalho da equipa de Sullivan é não considerarem a capacidade dos cidadãos serem tolerantes por uma questão de princípio, i.e., resultado de um compromisso com valores democráticos, consistentemente aplicados.

Sniderman et al. (1989) propõem que a tolerância seja analisada com base na consistência das respostas obtidas, sendo distinguida entre tolerância *situacional* e *de princípio*. A tolerância situacional dá-se quando a coerência das respostas resulta da tolerância face a um determinado grupo. O segundo tipo de coerência nas respostas, mais importante para o caso, resulta de um compromisso com os princípios democráticos de tolerância (p.36).

Tese semelhante é a de Hurwitz & Mondak (2002) quando distinguem entre tolerância *genérica* e *discriminatória*, correspondendo a primeira à tolerância de princípio e a segunda à tolerância dirigida a um grupo específico e a um ato específico. Num sentido semelhante, Viegas (2010 pp.93-94) distingue entre tolerância *estrutural* (semelhante à tolerância de princípio) e a tolerância *circunstancial* que consiste numa reação a alterações no ambiente social que impliquem um maior sentimento de insegurança.

No que se refere aos preditores da tolerância Duch & Gibson (1992 pp.239-240) argumentam que esta resulta da socialização democrática, ou o que consideram ser a teoria da aprendizagem social, semelhante ao que Sullivan et al. (1982) consideravam a teoria cognitiva. Já para Marcus et al. (1995 pp.15-19) a tolerância resulta quer de um cálculo racional, quer de predisposições, sendo estas últimas divididas em traços de personalidade, sentimento de ameaça e experiência política. Em suma, as explicações podem ser agregadas em explicações estruturalistas, racionalistas e psicológicas.

Em síntese os estudos sobre a tolerância passaram de modelos centrados em minorias políticas para estudos de uma intolerância pluralista. Ao longo dos anos foram também propostas e posteriormente criticadas diversas operacionalizações e distinções conceptuais. De seguida, sistematizam-se um conjunto de possíveis fatores explicativos da intolerância. As hipóteses de trabalho serão elaboradas essencialmente com base na literatura disponível sobre tolerância política e social uma vez que segundo Gibson (2006) trata-se de fenómenos empiricamente independentes mas com mecanismos causais semelhantes.

2. HIPÓTESES

2.1. Hipóteses a nível contextual

2.1.1. Modernização

De acordo com a teoria da modernização de Inglehart tem-se vindo a observar desde os anos 1960 uma mudança cultural nos países ocidentais, uma modernização que resulta de transformações estruturais como: desenvolvimento económico e tecnológico, longos períodos de paz, incremento nos níveis de escolaridade e expansão dos meios de comunicação (media e transporte) em que a cultura se alterou para se adaptar às mudanças estruturais (Inglehart, 1977 pp.4-5; 1990 pp.3-7). Foi em especial o desenvolvimento económico dos países que implicou uma polarização entre as orientações face à autoridade, de tradicional para secular/racional; e de valores orientados para a sobrevivência para valores orientados para a autoexpressão (Inglehart & Baker, 2000). Os impactes da modernização podem-se observar em fenómenos como “bureaucratization, hierarchy, centralization of authority, secularization, and a shift from traditional to secular-rational values” (Inglehart & Welzel, 2010 p.552). Uma vez que os valores se encontram a montante das atitudes (Scott & Marshall, 2005) e tomando a tolerância como uma atitude, espera-se que países mais modernizados apresentem valores mais elevados de tolerância social.

Esta relação modernização-tolerância foi testada anteriormente, no estudo longitudinal de Persell et al. (2001), foram utilizadas as condições económicas na explicação da tolerância social; em Adamczyk & Pitt, (2009) a escala de valores autoexpressão *versus* sobrevivência foi testada em análises multinível na tolerância face à homossexualidade; em outros modelos recorreu-se ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para correlacionar indicadores de tolerância política em modelos multinível (Peffley & Rohrschneider, 2003) e também em análises bivariadas com indicadores de tolerância social e política (Viegas, 2004, 2007, 2010).

2.1.2. Democratização

Uma vez que a tolerância é considerada uma dimensão crucial da democracia (e.g., Gibson, 2006; Sniderman, 1975 pp.195-198) espera-se que sociedades mais democráticas sejam também mais tolerantes.

No entanto, quando é levantada a questão sobre a longevidade do sistema democrático, Duch & Gibson (1992 p.261) propuseram a hipótese que democracias mais recentes deveriam ser mais tolerantes, no sentido em que a experiência de privação vivida em regimes autoritários ou totalitários implicaria uma maior valorização da liberdade. No sentido contrário, cidadãos socializados em antigas democracias tomariam a liberdade democrática como adquirida, o que poderia atuar como um *buffer* para a sua atitude. Esta proposta assenta no pressuposto da lei da

utilidade marginal aplicada aos valores políticos como na teoria da escassez de Inglehart (1990 p.68-70) segundo a qual é mais valorizado aquilo que é mais escasso. Contudo, uma explicação alternativa parte do princípio que pessoas que tenham sido socializadas em ambientes não democráticos não tenham interiorizado valores democráticos como os de tolerância. Esperando-se assim que, quanto mais longo o período da democracia de um país, maiores os níveis de tolerância dos seus habitantes. No mesmo sentido, quanto mais tempo as liberdades civis estão disponíveis, mais oportunidades têm os cidadãos de aplicar normas democráticas em relação a oponentes. Isto é, têm maior oportunidade de praticar e observar tolerância (Peffley & Rohrschneider, 2003 p.245). Contudo, uma vez existe uma correlação entre a democratização e o desenvolvimento económico (e.g., Lipset, 1959b pp.75-85; Lipset, 1981 cap.2) também é argumentado que esta relação entre democratização e tolerância pode ser espúria, uma vez que pode ser confundida pelo nível de desenvolvimento socioeconómico do país. Assim, esta hipótese deve ser controlada com variáveis que quantifiquem o nível de desenvolvimento dos países (Peffley & Rohrschneider, 2003 p.245). Num sentido semelhante Viegas (2004) defende que a longevidade da democracia não é suficiente, sendo necessário conhecer “a qualidade da democracia e os níveis de liberdade política e social” (p.106). Assim, na análise da relação entre longevidade da democracia e a tolerância deve ser controlado o efeito do desenvolvimento socioeconómico e a análise deve ser complementada com outros indicadores de democratização.

2.1.3. Sentimento de ameaça

Revisões de literatura sobre tolerância (Gibson, 2006; Gibson & Gouws, 2001; Sullivan & Transue, 1999 p.632) apontam a perceção de ameaça como a principal variável na explicação do fenómeno em causa. O conceito é definido como multidimensional, sendo que uma das perspectivas distingue analiticamente entre o sentimento de ameaça sociotrópico – quando existe ansiedade geral e um sentimento de ameaça à sociedade; e o sentimento de ameaça pessoal – quando a ameaça é dirigida ao próprio ou à sua família (D. Davis & Silver, 2004). Contudo, esta relação sentimento de ameaça-intolerância ainda está pouco teorizada, sendo considerado por Gibson (2006) um dos enigmas da intolerância.

Mobilizam-se algumas teorias na tentativa de explicar parcialmente esta relação. 1) Na teoria de Blumer (1958) sobre o preconceito racial, uma das quatro características básicas do preconceito consiste no “fear and suspicion that the subordinate race harbors designs on the prerogatives of the dominant race” (p.4). Blumer considera que para gerar preconceitos negativos é essencial o medo de que o grupo percebido como diferente é uma ameaça ou pode tornar-se uma ameaça ao grupo dominante. 2) Para Rokeach (1960) o sentimento de ameaça causa ansiedade, que por sua vez gera dogmatismo, estando este dogmatismo associado à intolerância. Na perspectiva de Rokeach, a insegurança é uma característica do mundo moderno,

que obriga o desenvolvimento de mecanismos de defesa. 3) Na teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1970) a segurança, proteção, ausência de medo e ansiedade prevalecem face a outras necessidades (p.39), apenas quando estas componentes estão asseguradas é possível ao indivíduo satisfazer necessidades como as de auto-atualização (entre outras menos relevantes para o caso). Ou seja, o sentimento de ameaça inibe a motivação para a auto-atualização (p.114). Foi com base na teoria de Maslow que Inglehart (1990 pp.68-70) desenvolveu a hipótese da escassez, que assenta na existência de uma hierarquia de prioridades, sendo que na base das prioridades estão as necessidades materiais (de 1ª ordem), que remetem para a manutenção da existência e o bem-estar físico (ausência de fome, sentimento de segurança subjetivo). Apenas quando estas necessidades se encontram asseguradas, o indivíduo pode preocupar-se com necessidades de 2ª ordem. A importância do sentimento de segurança *versus* sentimento de ameaça continua patente em trabalhos mais recentes de Inglehart onde argumenta que “when survival is insecure, it tends to dominate people’s life strategies” (Inglehart & Welzel, 2010 p.553). As necessidades de 1ª ordem caracterizam os indivíduos com prioridades valorativas materialistas, enquanto as necessidades de 2ª ordem estão presentes nos indivíduos classificados como pós-materialistas. A mudança de valores, que acarreta entre outros fenómenos o incremento da tolerância, dá-se em parte em ambientes em que a sobrevivência é dada como adquirida. Resumindo, o sentimento de ameaça pode gerar preconceito, autoritarismo e impedir o desenvolvimento de prioridades de auto-atualização e pós-materialistas, todos eles associados à intolerância.

O sentimento de ameaça é normalmente operacionalizado ao nível individual, alguns trabalhos remetem para a ameaça como resultado da competição no mercado do trabalho (e.g., Côté & Erickson, 2009) em outros o perigo de segurança física (e.g., Canetti-Nisim, Halperin, Sharvit, & Hobfoll, 2009; Gibson & Gouws, 2001). Existem estudos que relacionam conservadorismo político, intolerância política e uma *death-related anxiety* quando são analisadas consequências dos ataques terroristas de 11 de Setembro (D. Davis & Silver, 2004; Huddy & Feldman, 2011; Woods, 2010). No entanto, do que é conhecido da pesquisa bibliográfica sobre tolerância política e social, não foi encontrado nenhum estudo que testasse esta hipótese a nível contextual. Não obstante, é de referir que já foram utilizados indicadores de sentimento de ameaça (condições económicas e proporção de imigrantes) em modelos multinível para o preconceito racial e atitudes anti-imigração (Quillian, 1995).

2.2. Hipóteses a nível individual

2.2.1. Sociodemográficas

2.2.1.1. Género

Os argumentos de Stouffer (1955) para as diferenças de género foram três: 1) as mulheres são mais intolerantes por serem também mais religiosas; 2) quando jovens as raparigas possuem menor liberdade que os rapazes; 3) os homens têm maior contacto com uma diversidade de pessoas e ideias em contexto de trabalho. Argumento este último que vai no sentido da ideologia clássica nas diferenças de género que reservava ao homem o espaço público, restringindo a mulher ao espaço privado (Aboim, 2008). No entanto, é necessário ter em conta que o trabalho de Stouffer foi anterior à revolução feminista dos anos 1960.

Não obstante as mudanças ocorridas no que se refere às desigualdades de género desde o estudo de Stouffer, bem como todos os estudos sobre a relação entre género e tolerância, não existe um acumulado coerente de resultado sobre o efeito do sexo na tolerância. Como exemplos, para medidas agregadas de tolerância política, o estudo de Sotelo (1999) mostrou que as mulheres revelaram-se mais tolerantes que os homens. Por outro lado, Golebiowska (1999) verificou exatamente o contrário. Contudo, quando os estudos são direcionados para grupos-alvo mais específicos esta relação pode tornar-se mais clara. Sullivan et al. (1982 p.127) verificaram que os homens indicam mais os grupos *desliked* com base na ideologia enquanto as mulheres selecionam com base em outros fatores (e.g., religião). Também Sotelo (1999 p.212) propôs que os homens fossem mais tolerantes em termos políticos e as mulheres mais tolerantes em termos sociais, devido a uma maior importância atribuída às emoções e afetos na socialização das raparigas. Contudo a sua hipótese não se verificou empiricamente. Outros estudos demonstraram uma maior intolerância face a homossexuais por parte dos homens (Hooghe et al., 2010; Persell et al., 2001).

Assim, espera-se que, o género não tenha um efeito forte nas medidas gerais de intolerância, mas sim face a grupos específicos. Sendo avançado apenas que, no caso específico da tolerância face a toxicodependentes, espera-se uma maior tolerância por parte dos homens. Uma vez que os homens tendem a apresentar padrões de consumo de drogas mais elevados que as mulheres (IDT, 2009 pp.81,89,97,105,111), sugere-se a possibilidade de estes serem mais abertos ao consumo de drogas. Assim, deverá existir uma maior tolerância face a consumidores de drogas (ou toxicodependentes) nos homens.

2.2.1.2. Idade

Espera-se encontrar uma relação entre a tolerância e a idade, sendo os mais jovens mais tolerantes. Esta hipótese está assente no argumento apresentado anteriormente para as pessoas socializadas em regimes democráticos, existindo uma tendência para os mais jovens terem sido

socializados em sociedades mais liberais a nível político, onde predominam valores democráticos (Sullivan et al., 1981 p.75). Ou seja, espera-se observar um efeito de geração. Contudo, é necessário ter em conta que, mesmo que esta hipótese se verifique, possa estar-se perante um efeito de ciclo de vida (Vala, Lima, & Lopes, 2003 p.402). Segundo Sullivan et al. (1982 p.131) a teoria do ciclo de vida explicaria que cidadãos mais velhos fossem mais intolerantes uma vez que existe a tendência para as pessoas, com a idade, se tornarem mais conservadoras. Um argumento no sentido contrário defende que os jovens possuem experiências mais localizadas, enquanto pessoas mais velhas apresentam uma maior experiência de contacto com a diversidade, quer nos locais de trabalho, quer ao longo da vida (Côté & Erickson, 2009 pp.1669-1670).

No caso concreto da tolerância face a toxicodependentes, espera-se encontrar indivíduos mais tolerantes nos estratos mais novos da população, uma vez que é nos segmentos mais jovens (15-34 anos) da população portuguesa que se encontra a maior parte dos consumidores de drogas (IDT, 2009 pp.81,89,97,105,111). Espera-se que, tal como referido anteriormente para as diferenças de género, aqueles com maior probabilidade de pertencer ao grupo dos consumidores de drogas, tenham também maior probabilidade de serem tolerantes face aos mesmos.

2.2.1.3. Escolaridade

A escolaridade deve ter efeito na tolerância, sendo os estratos mais escolarizados os mais tolerantes. Esta é a principal variável da teoria de Stouffer (1955), a sua explicação defende que na escola entra-se em contacto com pessoas que possuem ideias e valores diferentes dos do próprio, sendo neste contexto que é aprendido a lidar-se com a diferença (p.127). Sullivan et al. (1981 p.94) acrescentam à tese de Stouffer dois argumentos: 1) é através da escola que se aprende que a diversidade cultural e ideológica é salutar a nível social; 2) a escola é importante para incrementar os níveis de informação. Estudos que aprofundaram a relação entre a escolaridade e a tolerância demonstraram que, pessoas com níveis mais elevados de escolaridade tendem a ser mais tolerantes mesmo em relação a grupos antagónicos (Bobo & Licari, 1989). Segundo Sullivan et al. (1982 p.116) e Nunn et al. (in Bobo & Licari, 1989 p.287) a educação escolar é um processo que reforça o conhecimento cultural, bem como habilidade e flexibilidade cognitiva. No mesmo sentido, McClosky (1964) defende que os valores democráticos são ideias complexas, que são mais facilmente aprendidas por cidadãos mais escolarizados. Acrescenta-se ainda que a educação incentiva o pensamento crítico e a desconstrução de alguns mitos e estereótipos (Côté & Erickson, 2009 p.1669).

Existem outros argumentos que embora não tenham sido aplicado diretamente à tolerância, são articuláveis, como o de Prothro & Grigg (1960) para a adesão a princípios democráticos, segundo estes autores, os princípios democráticos são influenciados pela

educação, no sentido em que a ligação entre os princípios democráticos abstratos e situações concretas em que esses princípios são aplicados é aprendida através da educação formal. Uma outra explicação, utilizada para atitudes racistas e adaptável para a questão da tolerância, defende que baixos níveis de escolaridade correspondem a uma menor flexibilidade e complexidade cognitiva, o que implica que pessoas menos escolarizadas tendam a aceitar mais facilmente teorias racistas, mais simples que teorias antirracistas (Tetlock in Vala, Brito, & Lopes, 1999 p.189).

Stouffer (1955) previa que, com o tempo, o efeito combinado do aumento dos níveis de escolaridade e a substituição das gerações deveria implicar um aumento na tolerância, o que sugere uma interação entre escolaridade e geração. Contudo, com dados do início dos anos 1970, Davis (1975) verificou que, embora se tenha observado um incremento nos valores dos indicadores de tolerância, muito pouco foi devido à substituição das gerações e menos ainda devido a níveis de escolaridade mais elevados. Assim, existem críticas a esta relação escolaridade-tolerância. Alguns estudos demonstraram a existência de efeitos de mediação entre os dois fenómenos, como a existência de uma rede social mais diversificada em pessoas com níveis de escolaridade mais elevados (Erickson in Côté & Erickson, 2009 p.1669) ou devido a elevados níveis de sofisticação cognitiva¹ (Bobo & Licari, 1989). Também no estudo de Sullivan et al. (1982 p.144) verificou-se que o impacto da escolaridade na tolerância era despidendo.

Uma crítica mais sistemática à relação entre a escolaridade e a tolerância defende que a incorporação de normas e valores democráticos acontece ao final da infância, anulando assim qualquer efeito da escolaridade (Zelman & Sears, 1971). No caso da interiorização da norma antirracista, a teoria sacionormativa defende que, à medida que as crianças se tornam mais velhas, tornam-se mais constrangidas pelos pais, professores e sociedade no geral para cumprirem as normas antirracistas vigentes, especialmente em situações públicas (para revisão ver Monteiro, França, & Rodrigues, 2009). Outros autores referem que a escola em si não é uma instituição democrática, que pouco ou nada faz para a transmissão de valores democráticos (Merelman in Bobo & Licari, 1989 p.289). É também conhecido que pessoas mais escolarizadas tendem a dar respostas mais congruentes entre si (Inglehart, 1977 p.26). Nas questões referentes à tolerância construídas por Stouffer, pessoas mais escolarizadas dão respostas mais congruentes, independentemente do modo em que a pergunta é formulada (Schuman & Presser, 1977 p.156). Inquiridos mais escolarizados possuem também um maior controlo cognitivo quando respondem a inquéritos por questionário, escolhendo respostas socialmente desejáveis (Wagner & Zick in Vala et al., 1999 pp.42-43).

¹ Por sofisticação cognitiva entende-se interesse intelectual, abertura a novas ideias e disponibilidade de aceitar riscos, incerteza e ambiguidade (Glock et al. in Bobo & Licari, 1989 p.289).

Em traços mais gerais, Inglehart (1977) adverte que “education is an extremely complex variable. We must distinguish between education as an indicator of affluence, education as an indicator of cognitive development, and education as indicator of integration into a specific communications network” (p.10). Ainda, e considerando a tolerância uma atitude, Inglehart (1977) refere que “the available evidence indicates that formal education seems to have surprisingly little impact on one’s basic attitudes” (p.75).

2.2.1.4. Religião

A relação entre a religião e a tolerância deve seguir no sentido em que pessoas não religiosas tendam a ser mais tolerantes, existindo ainda diferenças de acordo com a religião praticada. Desde os primeiros estudos sobre tolerância nos EUA que tanto Nunn et al. (in Sullivan et al., 1981 p.94), como Sullivan et al. (1982 p.99) verificaram que judeus e não religiosos tendiam a ser mais tolerantes face a comunistas e socialistas que os católicos e protestantes. Uma explicação para as diferenças entre religiosos/não religiosos é que a religião promove valores nos seus aderentes que estes tomam como verdadeiros e absolutos, não havendo assim qualquer vantagem em serem expostos a pontos de vista (estilos de vida e culturas acrescenta-se) diferentes do seu (Jelen & Wilcox, 1990 p.69). Segundo Cochran (in Wilcox & Jelen, 1990 p.27) as religiões tendem a dividir a população entre crentes e não crentes, sugerindo uma superioridade moral dos crentes. Também Kirchler et al. (in Sotelo, 2000 pp.103-104) argumentam que os grupos religiosos são baseados numa forte união entre os seus membros, o que não encoraja estes a desenvolverem as suas próprias ideias. Por sua vez, o ateísmo é considerado parte de um humanismo secular, sendo que os ateus tenderão a aderir com menor facilidade a dogmas e regras rígidas (Wilcox & Jelen, 1990). Jelen & Wilcox (1990) demonstraram que a intolerância nas religiões não é uniforme, uma vez que cada religião (católicos, evangélicos e judeus no seu caso) possui uma constelação de tolerância/intolerância de acordo com os grupos-alvo e de acordo com as atividades praticadas. No caso específico da Igreja Evangélica nos EUA, Wilcox & Jelen (1990 p.26) demonstraram que esta religião influencia antipatia face a determinados grupos como comunistas, ateus e homossexuais, mas tolerância face a grupos associados à direita do espectro político.

Para grupos específicos como os homossexuais, acresce-se que, tanto no Alcorão, como na Bíblia, existem passagens que são interpretadas como condenadoras de práticas homossexuais (Hooghe et al., 2010 p.378; Yip, 2005). É também conhecido que pessoas com crença numa explicação religiosa para a homossexualidade são imunes a normas sociais anti-preconceito (Pereira, 2009 cap.5).

No entanto, existem autores que argumentam que a relação entre religião e intolerância é espúria, sendo confundida por variáveis sociodemográficas, mais concretamente, a elevada intolerância dos evangélicos deve-se a fatores como o nível de rendimento, o grau de

escolaridade e o *habitat* de residência (Wilcox & Jelen, 1990 p.26). Outra crítica é a de Beatty & Walter (in Wilcox & Jelen, 1990 p.27) que verificaram que mais do que a religiosidade, é a frequência da prática religiosa que está relacionada com a intolerância.

Existe ainda o argumento contrário. As religiões também podem ser instituições sociais com funções socializadoras que promovem valores associáveis à tolerância como o “amor ao próximo”. A fé religiosa muitas vezes surge associada a um sentimento de solidariedade, altruísmo, caridade e valores humanos, esperando-se, por esta lógica, uma atitude positiva face a outros grupos. Contudo, estes sentimentos estão mais direcionados a membros do endogrupo (Strømsnes, 2008 p.482) ou o que Putnam (2000) define como o *boundign social capital*.

2.2.1.5. Pertença a grupos minoritários

No que respeita a membros de grupos minoritários (imigrantes, minorias étnicas, gays, etc.) a tendência deve ser para apresentarem níveis de tolerância mais elevados, uma vez que estes deverão ter maior probabilidade de terem sido vítimas de discriminação e por isso reverem-se noutras minorias (Gibson, 1987 p.432). No estudo de Sullivan et al. (1982 p.129) era esperado que os negros fossem mais tolerantes por este motivo, embora esta hipótese não se tenha verificado empiricamente.

2.2.1.6. Habitat

No estudo de Stouffer (1955 p.127-130), o contexto de residência mostrou-se relevante, sendo as pessoas que residiam em zonas urbanas mais tolerantes que aquelas residentes em zonas rurais. Stouffer argumentou que, uma vez que na cidade a diversidade é maior, os cidadãos aprendem a conviver com a heterogeneidade. Também Wilson (1985) verificou uma relação entre a dimensão do *habitat* e a tolerância face a diversos grupos ideologicamente diferenciados, mesmo controlando o efeito de outros fatores. Este argumento remete para alguns trabalhos clássicos da Sociologia. Segundo a teoria da vida mental urbana de Simmel (2009), existe uma diversidade de estímulos na cidade, que implica que o urbanita crie um mecanismo protetor para estes estímulos, uma atitude *balsé*, isto é, uma não-reação e indiferença, resultado da incapacidade de lidar com a pluralidade de estímulos. Sendo no entanto também possível que se manifeste em antipatia e distanciamento evasivo (p.87). Em parte, a teoria de Simmel inspira-se na distinção de Tönnies (2004) entre sociedade e comunidade, para o qual “a teoria da sociedade constrói um círculo de pessoas que (...) vivem pacificamente lado a lado, estando, no entanto, separados na essência” (p.515). Posteriormente, Wirth (1938) viria a considerar as cidades locais onde existe elevada proximidade e contacto com membros de grupos distintos e, simultaneamente, um desconhecimento e fraca intensidade nesse contacto (p.12). As cidades eram entendidas como locais de fusão de diferentes culturas, em que a diferença não só seria tolerada, mas até incentivada por ser considerada uma mais-valia (p.10). Por outro lado, Wirth (1938) também adverte que, nas cidades, dá-se “the coincidence of close physical contact and

distant social relations” (p.1), as cidades são consideradas contextos de segregação por motivos de raça, língua, rendimento ou *status*, dando-se assim uma elevada concentração geográfica de pessoas com algumas características em comum (p.15). Tomando outra perspectiva, existem as teorias da criminologia que defendem que as cidades são contextos de insegurança, resultado da elevada incidência de determinados tipos de crime (Vaz, 2001). Ou seja, de acordo com os estudos sobre a tolerância, espera-se que os urbanitas sejam mais tolerantes, no entanto, de acordo com a perspectiva da criminologia deve existir maior sentimento de insegurança nas cidades, o que implica maior intolerância. Nesse sentido, é possível que o sentimento de ameaça tenha efeito moderador² (Baron & Kenny, 1986) na relação entre o *habitat* e a tolerância, por outras palavras, o efeito do *habitat* deve ser moderado pelo sentimento de ameaça.

2.2.1.7. Classe social

A relação entre a classe social e a tolerância deve seguir no sentido de que membros do proletariado sejam mais intolerantes. Lipset (1959a) defendia a existência de um autoritarismo das classes operárias, sendo comum que estas apresentassem atitudes de xenofobia e intolerância face a dissidentes e outras minorias pelas seguintes razões: 1) maior insegurança social e económica (interpretável como sentimento de ameaça); 2) relativo isolamento face às atividades e organizações democráticas; 3) uma socialização familiar mais restritiva e punitiva. Também em Svallfors (2005) as classes operárias apresentaram maior autoritarismo/conformismo em relação à homossexualidade, embora em parte esta relação fosse explicada pela escolaridade, o efeito de classe manteve-se. No caso da tolerância política Sullivan et al. (1982 pp.123-125) recorreram à classe social subjetiva, contudo, as correlações obtidas foram fracas e consideradas irrelevantes. Espera-se também encontrar intolerância no proletariado face a minorias imigrantes, uma vez que se tratam de pessoas com maior possibilidade de se sentirem em competição no que diz respeito à ocupação de postos de trabalho (Côté & Erickson, 2009 p.1671). Na senda da teoria da aprendizagem social, Kohn (in Williams, Nunn, & Peter, 1976 p.401) defende que, enquanto “colarinhos azuis” terão maior contacto com máquinas e ferramentas, os “colarinhos brancos” terão maior contacto com diversidade de ideias e pessoas; no mesmo sentido, Silva et al. (2008 p.311) demonstraram a existência de uma relação entre um indicador de tolerância social e um índice de novas classes sociais médias-altas globalizadas, no sentido em que quanto mais elevado o valor deste índice, maior a tolerância social.

² Na definição de Baron & Kenny (1986 p.1174) um moderador é uma variável que afeta a direção e/ou força da relação entre um preditor e uma variável critério. Para o caso, interessou explorar a possibilidade de variáveis contextuais afetarem a relação entre duas variáveis de nível individual.

2.2.2. Valores, orientações, e práticas políticas

2.2.2.1. Valores materialistas e pós-materialistas

De forma sintética, a teoria dos valores materialistas e pós-materialistas desenvolvida por Inglehart (1990 p.66) defende que, desde os anos 1960, tem-se vindo a observar uma mudança nos valores dos cidadãos mundiais, essa mudança dá-se de valores materialistas para valores pós-materialistas. Indivíduos materialistas caracterizam-se por atribuir maior prioridade ao bem-estar físico e segurança, enquanto indivíduos classificados como pós-materialistas atribuem maior preferência relativa a questões de autoexpressão, estética, pertença, participação e qualidade de vida.

Na relação entre os valores materialistas/pós-materialistas e a tolerância é esperado que sejam os cidadãos com prioridades pós-materialistas os mais tolerantes. Inglehart propõe uma explicação para a relação entre o seu eixo de valores e a tolerância face ao desvio que se articula com outras teorias já expostas como a da religião e a do sentimento de ameaça. Inglehart defende que as normas tradicionais e religiosas providenciam um sentimento de segurança. Após a segunda guerra mundial, a maior prosperidade e segurança social implicaram que o sentimento de vulnerabilidade se tornasse menor. Assim, o destino passou a parecer não tão influenciado por forças exteriores e desconhecidas, o que implicou uma menor necessidade de adesão a normas rígidas e um menor custo psicológico associado ao desvio à norma. Deste modo, a maior tolerância face à diversidade por parte de indivíduos pós-materialistas é causada por uma menor necessidade de adesão a regras rígidas providenciadas pela religião (Inglehart, 1990 p.177). Inglehart verificou relações significativas entre o seu indicador de valores pós-materialistas e atitudes positivas face a relações extraconjugais, prostituição e homossexualidade (1990 p.196).

No que diz respeito à tolerância face a minorias étnicas a explicação é mais simples, a intolerância/tolerância é uma das componentes da clivagem sobrevivência/autoexpressão, as sociedades pós-industriais, com maior incidência de orientações de autoexpressão, caracterizam-se por maior tolerância, enquanto nas sociedades onde prevalecem orientações de sobrevivência a insegurança física e económica gera um sentimento de ameaça face a estrangeiros e à diversidade étnica (Inglehart & Welzel, 2005 p.52). A relação entre a tolerância e os valores materialistas/pós-materialistas foi verificada em estudos anteriores (e.g., Freire, 2003 p.214).

2.2.2. Identificação partidária e auto-posicionamento no eixo esquerda-direita

Quanto à identificação partidária ou intenção de voto num determinado partido político espera-se encontrar cidadãos mais tolerantes entre os simpatizantes dos partidos de esquerda do que dos partidos de direita. Mas a relação deve ser ainda mais relevante se for considerada a polarização entre a nova esquerda e a nova direita porque são estes os partidos que se focam

mais em questões de moral e em atitudes face a grupos minoritários estigmatizados como estrangeiros e homossexuais (Inglehart in Freire, 2003 p.311). É de referir que, no que toca à tolerância face a toxicodependentes, dos principais partidos políticos em Portugal, o Bloco de Esquerda foi o único a contemplar no programa político questões relativas a drogas, mais concretamente a sua liberalização (Freire & Lobo, 2002 p.226). Deduz-se que exista maior tolerância face a toxicodependentes por parte de simpatizantes deste partido político.

Dada a natureza *cross-cultural* do presente estudo as variáveis voto ou simpatia por determinado partido político dificilmente são operacionalizáveis num modelo de regressão, no entanto pode recorrer-se ao auto-posicionamento no eixo esquerda-direita. Segundo Inglehart & Klingman (in Freire, 2003) o posicionamento neste eixo tem duas interpretações possíveis, por um lado uma identificação subjetiva e afetiva, semelhante à face aos partidos políticos; numa segunda perspetiva esta escala tem associada uma “espécie de síntese do posicionamento dos indivíduos face aos diversos temas políticos” (p.315). Esta relação mostrou-se relevante em pesquisas semelhantes (Freire, 2003 p.214; 2006 p.266; E. Golebiowska, 2009; Hurwitz & Mondak, 2002; Viegas, 2007; Weber, 2003).

2.2.2.4. Participação em discussões sobre política

Espera-se que pessoas que discutam frequentemente assuntos políticos em contexto informal sejam mais tolerantes. Partindo do pressuposto que é essencial para a democracia o debate de ideias, quem debate ideias, tem maior probabilidade de entrar em contacto com pessoas que defendem posições diferentes da sua. Quanto mais as pessoas conversam com pessoas com quem discordam mais tolerantes serão, uma vez que terão maior contato com a diversidade (Pattie & Johnston, 2008). Por outro lado, é necessária tolerância para que se possa discutir com pessoas com posições políticas e/ou estilos de vida diferentes dos do próprio (Pattie & Johnston, 2008). Assim, a relação não é causal, mas sim circular. A discussão de assuntos políticos já foi utilizada em estudos semelhantes (Sotelo, 2000 p.103; Viegas, 2007).

2.2.2.5. Participação política extraeleitoral

Deve existir uma relação entre a frequência da participação em atividades políticas extraeleitorais e a tolerância, no sentido em que pessoas com maior atividade cidadã sejam mais tolerantes. De acordo com a teoria da aprendizagem democrática, a explicação de Peffley & Rohschneider (2003 p.246) para a tolerância política, consubstanciada em liberdades civis é a de que a prática dos cidadãos efetivarem liberdades civis, demonstrando descontentamento face a situações com as quais discordam, implica que estes aprendam a valorizar as liberdades civis e as estendam a grupos minoritários. Aqueles que participam no plano extraeleitoral são cidadãos que beneficiam das normas democráticas, praticando-as, e não se restringindo apenas ao plano abstrato.

Contudo, é necessário ter em conta a existência de manifestações de protesto intolerantes (e.g., anti-gay, anti-imigração, extrema-direita), e ainda, por consequente, as manifestações anti-intolerância (e.g., *gay-pride parades*, marcha da marijuana), o que vai no sentido da distinção de Allport (1979 pp.429-431) entre tolerantes *pacifistas* e tolerantes *militantes*, sendo os segundos “intolerantes à intolerância”. Não obstante as ressalvas, alguma evidência empírica aponta para uma relação positiva entre a participação em atividades de protesto e a tolerância (Guérin, Petry, & Crête, 2004; Peffley & Rohrschneider, 2003; Sullivan et al., 1982 p.199).

2.2.2.6. Patriotismo

O patriotismo é uma das componentes da identidade nacional, que comporta duas dimensões relativamente independentes: por um lado o patriotismo - definido como a ligação afetiva ao país ou nação de origem; por outro lado o nacionalismo - uma orientação para a competição que atribui preferência ao endogrupo (Duckitt & Mphuthing, 1998 p.84).

Espera-se encontrar uma relação entre a intolerância e o patriotismo. A explicação é que o patriotismo é acompanhado de uma tendência para a exclusividade (*versus* inclusividade), em parte remetendo para o conceito de “sociedade fechada” de Popper (in Marujo & Franco, 2009 p.15) caracterizada por “fortes laços de fidelidades à ideia/sentimento de nação”. Numa revisão de literatura Gibson (2006) sugere que o sentimento de ameaça sociotrópico esteja associado a sentimentos de nacionalismo e patriotismo, embora seja uma hipótese ainda não verificada empiricamente à altura.

O patriotismo tem sido utilizado como preditor de preconceito étnico/racial embora o nacionalismo tenha sido melhor preditor que o patriotismo (Duckitt & Mphuthing, 1998; Vala et al., 2003; Vala, Pereira, Costa-Lopes, & Deschamps, 2010). Relembra-se a questão de Sobral & Vala (2010 p.22) “o amor pelo grupo implica o ódio pelo “outro”?” Espera-se encontrar uma relação positiva mas fraca entre o patriotismo e a intolerância, especialmente face a minorias étnicas, considerando o patriotismo uma das componentes da ideologia racista. Assume-se que seja condição necessária mas não suficiente, logo as correlações não devem ser elevadas.

2.2.2.7. Suporte à democracia

Espera-se encontrar uma relação entre o suporte à democracia e a tolerância. Uma vez que a tolerância é considerada uma aplicação de princípios democráticos, aqueles que defendem os valores democráticos tenderão a ser mais tolerantes. Contudo, esta relação não deve ser muito forte, na medida em que alguns estudos demonstram que nem sempre existe uma elevada concordância entre o suporte a princípios abstratos e a sua aplicação concreta, já Prothro & Grigg (1960) tinham evidenciado que seriam poucos os *carriers of the creed*, no mesmo sentido, Sullivan & Transue (1999) argumentavam que “most ordinary citizens were inconsistent and perhaps even hypocritical” (p.633).

Não obstante, esta relação parece variar conforme o processo de democratização do país, segundo estudos em democracias recentes como no caso da Rússia, onde existe um elevado suporte à democracia, mas reduzidas expressões de tolerância (Gibson, 1998b p.822). A justificação é que, em períodos de democratização o sentimento de ameaça é intensificado (Gibson, 1998a p.42). Tal pode indicar um efeito de moderação (Baron & Kenny, 1986) uma vez que a relação entre a tolerância e o suporte à democracia parece ser afetada pela consolidação da mesma.

Em segundo lugar, é de referir que a literatura aponta como problema no conceito do suporte à democracia a dificuldade e pluralidade de operacionalizações (Gibson, 1987 p.431). No estudo supracitado foram utilizados como indicadores o suporte à liberdade de expressão ou direito de veto. Em Duch & Gibson (1992) recorreu-se à satisfação com a democracia e a preferência de uma democracia face a uma ditadura. Em Peffley & Rohrschneider (2003) o quanto bom (de muito bom a muito mau) os inquiridos consideram ter um sistema político democrático e o grau de concordância com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo. Em Viegas (2007 p.124) foi utilizada a confiança nas instituições políticas. Contudo, em traços gerais, nos trabalhos supracitados, o suporte à democracia não se revelou um preditor robusto para a tolerância.

2.2.2.8. Suporte ao multiculturalismo

Por suporte pelo multiculturalismo entende-se uma visão geral de que a diversidade cultural é positiva para a sociedade (Noll et al., 2010). O multiculturalismo é também considerado um ideal-tipo de política de imigração e diversidade cultural (Castles & Miller, 2009 p.245). Espera-se que apologistas do multiculturalismo apresentem uma maior aceitação de grupos minoritários, especialmente minorias étnicas. Tendo esta hipótese já sido testada na relação com a tolerância política racial (Noll et al., 2010).

2.2.3. Capital social

De entre diversas definições existentes de capital social recorre-se à de Bourdieu (1986) segundo o qual o capital social consiste no “aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group” (p.51).

De entre diversas teorizações e operacionalizações posteriores interessa na presente pesquisa a perspectiva de Putnam (2000) que operacionaliza este conceito através de uma pluralidade de indicadores incluindo o associativismo e a confiança interpessoal. Putnam (2000 p.356) demonstrou com os seus dados de nível agregado a existência de uma relação entre o seu índice de capital social e tolerância.

2.2.3.1. Associativismo

Espera-se que exista uma relação entre o associativismo e a tolerância, no sentido em que, quanto maior a participação associativa, maior a tolerância. Parte da teoria da aprendizagem social defende que o engajamento na democracia participativa implica aprendizagem das normas e valores democráticos; uma vez que a participação tem um efeito educativo (Pateman, 1970 cap.III). Acresce-se que, com esta participação associativa, as pessoas desenvolvem confiança mútua (Persell et al., 2001 p.207) sendo esta confiança interpessoal acompanhada de uma maior tolerância social. Outros autores referem a existência de normas de reciprocidade e dinâmicas de interação face-a-face, que ajudam a desenvolver e aprender valores de confiança, logo tolerância (Cigler & Joslyn, 2002 p.9). Contudo, é necessário distinguir entre pertencer a uma associação e participar socialmente nas atividades de uma associação, a ideia é que apenas em atividades que impliquem interação social é que a tolerância é incrementada, sendo que, em atividades individuais ou de simples solidariedade não existirá efeito, como foi já verificado empiricamente (Weber, 2003).

No lado das críticas, Hinckley (2010) demonstrou a existência de um efeito de moderação, uma vez que a relação entre a participação e a tolerância é moderada pelo dogmatismo, sendo mais elevada na situação de baixo dogmatismo.

É ainda necessário ter em conta que a participação associativa também pode ser participação em grupos que se identificam com valores conservadores e que, nesse sentido, a hipótese não se confirme. Tal como Flanagan & Lee (2003 p.258) verificaram, cidadãos com valores autoritários também participam em associações voluntárias. Uma outra posição é a de Côté & Erickson (2009 p.1672) segundo os quais a participação em sindicatos e ordens pode ser um gerador de intolerância, pelo menos na relação com minorias étnicas imigrantes devido a um sentimento de competição no mercado de trabalho. Num sentido semelhante, Cigler & Joslyn (2002 p.9) ressaltam que a participação num grupo associativo homogéneo, hierarquizado e não democrático não implicará tolerância, antes pelo contrário. Para contornar esta limitação, a proposta destes autores é tomar como preditor não a participação associativa numa perspetiva dicotómica, mas sim a diversidade de associações em que se participa, no sentido em que uma participação mais diversificada implica um maior contacto com a diversidade.

2.2.3.2. Confiança interpessoal

Uma outra componente do capital social na perspetiva de Putnam é a confiança interpessoal. De acordo com a definição de Newton (2004), confiança interpessoal é considerada “a crença de que os outros não nos prejudicarão deliberadamente ou conscientemente, enquanto o puderem evitar, e protegerão os nossos interesses se tal lhes for possível” (p.63). Algumas perspetivas consideram a confiança interpessoal, juntamente com a tolerância e o associativismo os pilares fundamentais para um bom desempenho da democracia (Sullivan & Transue, 1999). Assim,

espera-se que pessoas com maior confiança interpessoal tendam a ser mais tolerantes, relação já verificada anteriormente (Bahry, Boaz, & Gordon, 1997; E. Golebiowska, 2009 p.378).

2.2.4. Psicossociais

A par das explicações relacionadas com a posição dos cidadãos na estrutura social e com as suas orientações políticas, desde os primeiros estudos sobre a tolerância política que se contemplaram nos modelos explicações de índole psicossocial. Nesta perspetiva, a intolerância é considerada uma primeira resposta natural à diferença, sendo esta resposta resultado da estrutura cognitiva do indivíduo ou de uma reação associada a um sentimento de ameaça (Marcus et al., 1995). Isto é, uma pré-disposição, ou uma reação.

No estudo seminal de Stouffer (1955 p.94) foi utilizada como variável psicossocial a “rigidez na categorização” operacionalizada através da seguinte pergunta: “as pessoas podem ser divididas em dois grupos, os fortes e os fracos”. As pessoas que concordavam com esta afirmação tendiam a ser mais intolerantes. Outra variável psicossocial utilizada neste estudo foi o otimismo, através de uma pergunta sobre como é que as pessoas consideravam que iria ser o seu futuro, que tinha subjacente a teoria do *scapegoat*³ (p.100). Posteriormente os estudos diversificaram-se incluindo outros preditores de ordem psicossocial, os quais desenvolvemos a seguir.

2.2.4.1. Bem-estar subjetivo

Os estudos sobre o bem-estar subjetivo, definido como a avaliação que as pessoas fazem da sua vida, ou “the degree to which an individual judges the overall quality of her or his life as a whole in a favorable way” (Veenhoven in Albuquerque, Lima, Figueiredo, & Matos, 2012 p.570), tiveram a sua génese nos anos 1960. Posteriormente, tem-se vindo a observar um recrudescimento no interesse sobre esta temática. Estes trabalhos são criticados devido a uma desproporção entre a sub-teorização face à sobre-empíria (Reeves, 2009 pp.10-11). O desenvolvimento destas pesquisas tem sido mais orientado na procura de preditores para o fenómeno, inicialmente sociodemográficos, posteriormente psicológicos (Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999 p.276). Num estudo sobre a tolerância nos jovens em que o bem-estar subjetivo foi utilizado com preditor as relações não foram significativas (Vala & Costa-Lopes, 2010). No entanto, para a população em geral, espera-se encontrar uma relação positiva entre o bem-estar subjetivo e a tolerância, uma vez que o bem-estar subjetivo pode também servir de *proxy* para o que Stouffer (1955 pp.100-103) considerou de otimismo, bem como estar associado a um menor sentimento de ameaça e a uma menor necessidade de criar *scapegoats*.

³De acordo com Allport (1979) criação de *scapegoats* dá-se quando “some out-group innocently attracts the aggression engendered by frustration suffered by members of some in-group” (p.244).

2.2.4.2. Dogmatismo

Uma das variáveis psicológicas/psicossociais que comumente surge associado à intolerância é o dogmatismo (Hinckley, 2010; Rokeach, 1960; Sullivan et al., 1982 pp.153-156; Sullivan, Walsh, Shamir, Barnum, & Gibson, 1993). O argumento é o de que indivíduos dogmáticos possuem uma estrutura fechada de crenças (ao contrário dos *open-mind* com uma estrutura de crenças aberta), tendendo a classificar o mundo em categorias dicotômicas (e.g., nós/eles, bom/mau), o que implicará que o exogrupo tenda a ser percebido com perigoso e/ou não merecedor de direitos democráticos (Hinckley, 2010 p.190). Num sentido semelhante, Certeau (in Marujo & Franco, 2009 p.16) considerava a intolerância um resultado de “leituras fixistas da realidade” e Stouffer remetia para uma *rigidez da classificação* (1955 pp.94-96). Assim, espera-se que pessoas mais dogmáticas tendam a ser mais intolerantes.

2.2.4.3. Conformismo

Um outro preditor de ordem psicossocial mobilizável é o conformismo, definido como “a desire for an orderly and structured world where others conform to rules and authority” (Peffley & Rohrschneider, 2003 p.249). Estes autores utilizaram como indicador uma bateria de valores a transmitir às crianças. Embora em outros estudos (e.g., Feldman & Stenner, 1997) estas mesmas variáveis tenham sido utilizadas para operacionalizar valores autoritários. Espera-se encontrar uma relação positiva entre o dogmatismo e a intolerância.

Nesta secção foram descritas as principais variáveis contextuais e individuais que a literatura tem referido como fatores explicativos da tolerância. No entanto, foram poucos os estudos em que foi articulado de forma integrada ambos os fatores (contextuais e individuais) na análise da tolerância. Esta dissertação tenta preencher essa lacuna ao mostrar o impacto de cada variável controlando o efeito de outras. Isto é importante para melhor se perceber de fato quais os fatores mais viáveis, evitando assim fazer inferências sobre relações espúrias. Além disso, são exploradas possíveis interações entre fatores contextuais e individuais para explicar a tolerância.

3. MÉTODO

O material empírico de nível individual consiste em dados da vaga de 2008 do *European Value Studies* (EVS). Os dados de nível contextual têm como fonte o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA) e a *Freedom House*.

A base total do EVS consiste em 67.786 casos e 48 países/territórios. Para a construção da base de dados de nível contextual alguns países foram agregados⁴ e outros foram excluídos por não existirem dados a nível agregado. Devido a especificidades do *software* HLM foram excluídos todos os casos que apresentassem algum *missing-value*. A base final de trabalho consistiu em 22.221 casos de nível individual e 35 casos de nível contextual.

3.1. Variáveis-critério

O conceito de tolerância social é operacionalizado por meio das respostas dos participantes a um conjunto de questões inspiradas na escala de distância social desenvolvida por Borgardus (in Vala & Costa-Lopes, 2010 p.257). Especificamente, foram utilizados um conjunto quinze indicadores antecedidos pela seguinte instrução: “*Dos grupos de pessoas que se apresentam na seguinte lista, diga, por favor, aqueles que não gostaria de ter como vizinhos.*” Os grupos contemplados são: pessoas com passado criminal, pessoas de outra raça, extremistas de esquerda, alcoólicos, extremistas de direita, famílias numerosas, pessoas desequilibradas, muçulmanos, trabalhadores imigrantes, pessoas com SIDA, toxicod dependentes, homossexuais, judeus, ciganos e cristãos. Um primeiro tratamento foi criar um índice geral de intolerância em que cada grupo mencionado contribui um ponto, correspondendo deste modo catorze ao valor mais elevado de intolerância e zero ao máximo de tolerância.⁵ Contudo, tendo em conta que esta bateria contempla grupos relativamente distintos, é possível selecionar apenas alguns dos itens, recorrendo quer a critérios teóricos, quer a critérios de ordem metodológica, ou a uma combinação de ambos. Desta forma foram criadas novos subgrupos mais específicos.⁶ A seleção dessas variáveis-critério seguiu três etapas. Numa primeira fase, foi calculada uma análise de escalonamento multidimensional (MDS), seguida de uma análise exploratória de componentes principais (ACP). Posteriormente, a estrutura obtida foi sujeita a um procedimento de validação através de uma série de análises fatoriais confirmatórias.

A análise exploratória de escalonamento multidimensional para dados binários (MDS) (Marôco, 2010 cap.12) aplicada à base total do EVS com os catorze itens (figura 3.1) permite

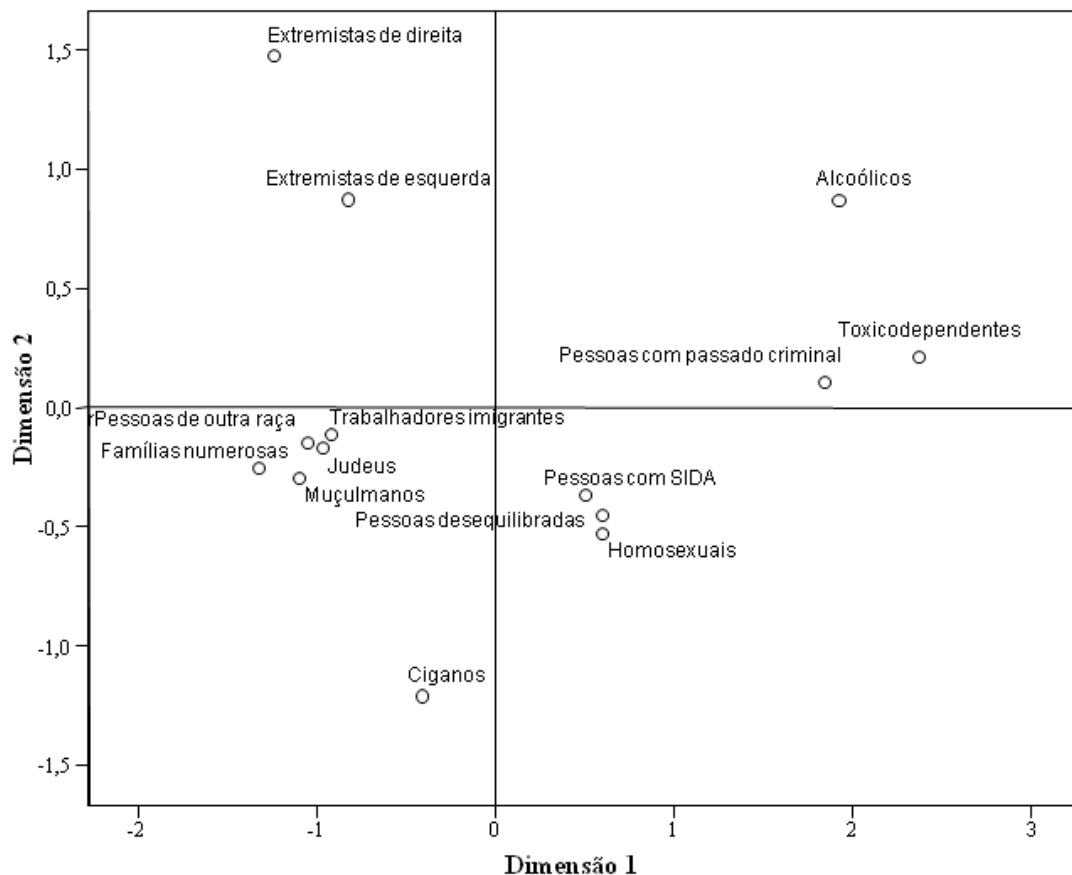
⁴ Irlanda do Norte e Grã-Bretanha foram agregados em Reino Unido; Alemanha Ocidental e Oriental foram agregadas em Alemanha.

⁵ Uma vez que o item “cristãos” não foi aplicado em todos os países que participaram no inquérito, optou-se por retirá-lo do índice.

⁶ Para especificidades referentes à construção dos grupos-alvo específicos ver anexo A

visualizar que os dois grupos de extremistas políticos se isolam dos restantes no primeiro quadrante. À direita do plano estão posicionados os grupos desviantes e estigmatizados e à esquerda do plano, junto ao eixo horizontal, tendem a concentrar-se grupos étnicos e religiosos, o item ciganos posiciona-se no meio destes dois últimos grupos.

Figura 3.1: Distâncias entre itens

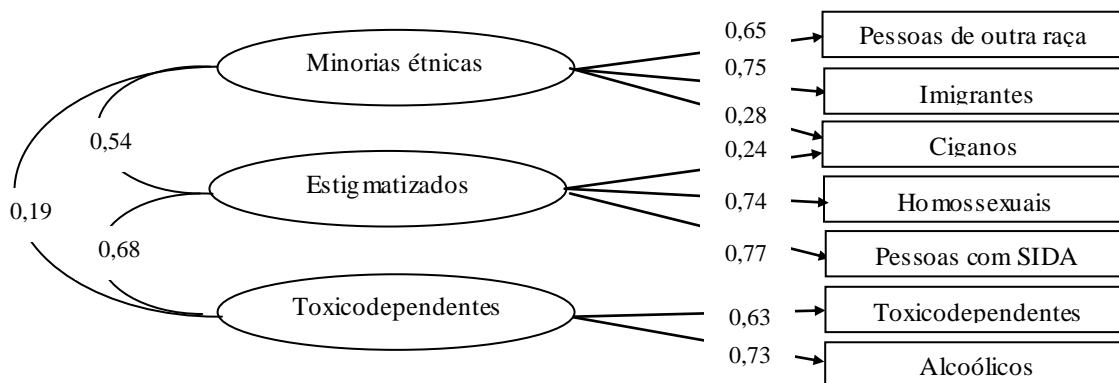


Com base numa análise de componentes principais aplicada à base total (com rotação *Varimax* e seguindo o critério de *Kaiser* para a definição das componentes) foram extraídas três componentes (anexo A quadro A.1). Uma primeira componente agrega maioritariamente grupos étnicos e religiosos (trabalhadores imigrantes, pessoas de outra raça judeus, famílias numerosas, muçulmanos e ciganos), numa segunda, grupos desviantes (toxicodependentes, alcoólics, pessoas com passado criminal, homossexuais, pessoas com SIDA e pessoas desequilibradas) e uma terceira componente isola as duas categorias de extremistas políticos (extremistas de esquerda e extremistas de direita).

Numa terceira fase do estudo a estrutura fatorial obtida através da ACP foi validada através de uma série de análises fatoriais confirmatórias em modelos de equações estruturais (Byrne, 2010), o processo decorreu em duas etapas, primeiramente, com base nos resultados da ACP foram testados diversos modelos até se obter um modelo com medidas de ajustamento

satisfatórias⁷, posteriormente, foi testada a equivalência deste modelo nos diversos grupos de países em análise. Os resultados do modelo final podem ser visualizados na figura 3.2. Este modelo apresenta boas medidas de ajustamento (CFI = 0,974; AGFI=0,968; RMSEA=0,062) e equivalência entre diversos grupos de países ⁸ (CFI entre 0,949 e 0,983; AGFI entre 0,945 e 0,982; RMSEA entre 0,047 e 0,083).

Figura 3.2: Estrutura fatorial da intolerância



Nota: coeficientes estandardizados, base total

Uma primeira variável latente nomeada “minorias étnicas” é composta pelos itens pessoas de outra raça, trabalhadores imigrantes e ciganos. Uma segunda agrega os seguintes grupos estigmatizados: ciganos, homossexuais e pessoas com SIDA. O terceiro fator é composto por toxicodependentes e alcoólicos.

O grupo dos ciganos, embora comumente considerado uma minoria étnica, foi colocado em *crossloading* no fator dos grupos estigmatizados. Em termos empíricos é visível através da análise de escalonamento multidimensional (figura 3.1) que o item “ciganos” se posiciona entre os dois grandes grupos. Também na análise de componentes principais (anexo A quadro A.1) o item “ciganos” é o que apresenta menor contribuição para a componente das minorias étnicas. Justifica-se também a inclusão do item ciganos no fator dos grupos estigmatizados com base na literatura, num estudo de opinião dos portugueses face a imigrantes e ciganos (P. A. Silva, 2000 pp.93-102), o último grupo é avaliado de forma negativa em diversos aspetos (trabalho, riqueza, cultura e convívio) ao contrário de imigrantes de diversas origens cuja tendência é para serem avaliados de forma positiva ou nula. Num estudo sobre as representações sociais de estudantes do ensino básico ao superior face a ciganos, os termos mais frequentemente associados a este grupo foram “nómadas”, “pobres” e “ladrões” (Faisca & Jesuíno, 2006 p.96) embora o termo

⁷ Para modelos alternativos ver anexo A, figuras A.1 a A.4

⁸ Para análises descritivas e testes de equivalência de variáveis latentes os países foram agrupados segundo o critério geográfico das Nações Unidas, tendo sido isolado os países da ex-URSS dos restantes e os países da Europa do Sul segmentados em Países Mediterrâneos e Balcãs. Os grupos de países são os seguintes: Países Mediterrâneos, Balcãs, Europa Ocidental, Europa do Norte, Europa de Leste, Ex-URSS e Ásia Ocidental.

“nómada” possa estar mais associado a uma característica cultural, “pobres” remete para uma situação estigmatizada e “ladrões” para comportamento desviante. Num estudo de área sobre representações face a ciganos (Duarte et al., 2005) a tendência também foi para os ciganos serem identificados com traços que não remetem para características culturais mas desviantes, como “gatunos”, “traficantes” e “desordeiros” (p.47). No mesmo estudo, quando ciganos foram comparados com outros grupos étnicos como indianos ou africanos, a avaliação foi mais positiva face aos hetero-referentes (Duarte et al., 2005). Numa análise de conteúdo a peças jornalísticas sobre ciganos (Faísca & Jesuino, 2006 p.46) alguns dos conteúdos temáticos emergentes foram “tráfico, estupefacientes, droga, traficantes, heroína” e “GNR, tiros, homicídio, policial, PSP, detenção”, o que, mais uma vez reforça a ideia de que os ciganos são associados a grupos desviantes. Por fim, é de citar um estudo sobre as crenças da população portuguesa face a ciganos em que a maioria concordou que a existência de ciganos implicaria um aumento da criminalidade e do tráfico de droga (Faísca & Jesuino, 2006 p.167). Embora estas análises estejam circunscritas ao território nacional, pressupõe-se alguma transversalidade a nível europeu.

No que concerne à junção entre toxicodependentes e alcoólicos no mesmo fator é de referir que o consumo de álcool em combinação com outras drogas é uma das componentes do *polydrug use* (EMCDDA, 2009 p.7). Entendendo *polydrug use* como “the misuse of different substances, simultaneously or within a short period of time” (Hakansson, Schlyter, & Berglund, 2011 p.5), ou “the use of more than one non-prescribed licit or illicit substance either concurrently or simultaneously” (Smith, Farrell, Bunting, Houston, & Shevlin, 2011 p.222). Como exemplo empírico, num inquérito a estudantes europeus em que foram identificados três grupos de substâncias consumidas em *polydrug use* o álcool consta nas três categorias (EMCDDA, 2009 p.9). Também num estudo de caracterização de utentes de uma comunidade terapêutica de abrangência internacional situada em Portugal (Henriques, Candeias, Silva, & Alves, 2010) o número mais comum de substâncias consumidas em simultâneo era de três, sendo o álcool a segunda substância mais consumida.

3.2. Variáveis preditoras⁹

3.2.1. Variáveis preditoras a nível contextual

3.2.1.1. Modernização: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inicialmente desenvolvido por Mahbub ul Haq e Amartya Sen (UNDP, 1990), consiste num indicador multidimensional que conjuga três fatores: 1) esperança de vida à nascença como indicador da dimensão saúde; 2) média de anos de

⁹ Para especificidades referentes às variáveis preditoras ver anexo B e C

escolaridade e os anos esperados de escolaridade como indicadores da dimensão educação; 3) rendimento nacional bruto *per capita* como indicador de padrões de vida (PNUD, 2010 p.13). Em estudos sobre tolerância tem sido utilizado como indicador de modernização de cada país (Peffley & Rohrschneider, 2003; Viegas, 2004, 2007, 2010), uma vez que abrange duas das quatro dimensões que Inglehart (1977 p.5; 1990 p.6) considera serem as mudanças estruturais/sistémicas (desenvolvimento económico e incremento nos níveis de escolaridade).

3.2.1.2. Democratização: Longevidade da democracia e índice de liberdade

Um dos indicadores de democratização dos países comumente utilizado consiste na longevidade da democracia. Esta variável foi calculada com base nos dados do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA) que tem disponível informação sobre as eleições que ocorreram desde o final da Segunda Guerra Mundial. O segundo indicador de democratização utilizado foi o índice de liberdade da *Freedom House* que conjuga dois outros indicadores criados por esta instituição: direitos políticos e liberdades civis. O índice assume três valores (1-não livre, 2-parcialmente livre, 3-livre).

3.2.1.3. Sentimento de ameaça: Taxa de homicídio

O sentimento de ameaça foi operacionalizado através da taxa de homicídio que consiste no “número de homicídios intencionais, expresso por 100.000 pessoas. Um homicídio intencional é uma morte ilícita deliberadamente provocada por uma pessoa a outra pessoa” (PNUD, 2010 p.235).

Inicialmente o paradigma dominante na criminologia negava a existência de uma relação significativa entre a criminalidade (objetiva) e o sentimento de ameaça/insegurança (subjetivo), considerando-se que o segundo era resultado de uma insegurança ontológica ou de emoções difundidas pelos media, criadas para fins políticos (Ferreira, 2001 p.85). Posteriormente, verificou-se empiricamente que existia uma forte relação entre o sentimento de insegurança e a probabilidade de vitimização em alguns tipos de crime (Ferreira, 2001 p.85). O sentimento de insegurança é construído a partir de experiências individuais, mas sobretudo através de experiências coletivamente partilhadas de vitimização (p.86). Assim, considera-se que este indicador objetivo tenha relação com as perceções subjetivas de ameaça.

3.2.2. Variáveis preditoras a nível individual

3.2.2.1. Variáveis sociodemográficas

A variável sexo foi introduzida no modelo como variável *dummy* sendo o sexo feminino a categoria de referência. A idade foi calculada subtraindo o ano de nascimento ao ano em que o foi aplicado o inquérito (2008). O grau de escolaridade que consta na base de dados encontra-se

uniformizado de acordo com a *International Standard Classification of Education (ISCED)*¹⁰ da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)*, variando entre zero e seis (0-educação pré-escolar; 6-segunda etapa do ensino superior). Para a religiosidade, recorreu-se à frequência da prática religiosa, uma vez que, segundo Beatty & Walter (in Wilcox & Jelen, 1990 p.27), esta teria maior impacto na tolerância que apenas a confissão religiosa do inquirido.¹¹ A frequência da prática religiosa varia entre um e sete sendo que, quanto mais elevado o valor, maior a frequência. A pertença a grupos minoritários foi operacionalizada por meio das respostas à questão “*nasceu em [país de aplicação do inquérito]?*” considerado assim imigrante quem não nasceu no país de aplicação do inquérito, sendo esta a categoria *dummy*. Embora seja um indicador grosseiro tendo em conta que o objetivo era aferir a pertença a grupos minoritários aproxima-se do desejado, podendo ter como consequência ser mais relevante na relação com minorias étnicas do que com os outros grupos-alvo. O nível de urbanização do local de residência consiste numa escala (1-menos de 2000 habitantes, 8-mais de 500.000 habitantes). Embora se tenha presente que a densidade populacional não significa obrigatoriamente urbanização, este é um dos indicadores comumente utilizado na operacionalização deste conceito. Para a classe social recorreu-se à tipologia ACM (e.g., Almeida, Costa, & Machado, 1988; Machado et al., 2003), na sua versão de três categorias, isolando a categoria proletariado como *dummy* face à categoria de referência burguesia e pequena burguesia.¹²

3.2.2.2. Valores e orientações políticas

Os valores materialistas/pós-materialistas foram operacionalizados na versão de três categorias (e.g., Inglehart, 1990), (1-materialistas, 2-mistos, 3-pós-materialistas). O auto-posicionamento no eixo esquerda-direita foi operacionalizado na sua versão de dez pontos (1-esquerda, 10-direita). A participação em discussões políticas consiste na resposta à questão “*Quando está com pessoas amigas, com que frequência discute assuntos políticos: frequentemente, raramente ou nunca?*” (1-nunca, 3-frequentemente). Para a participação política extraeleitoral, replicou-se o índice construído por Guérin et al. (2004), em que, numa bateria de cinco atividades de participação política, os inquiridos respondem se já fizeram (2 pontos), não fizeram mas podem vir a fazer (0,5 ponto) ou não fizeram nem pretendem vir a fazer (0 ponto), o índice corresponde ao somatório dos pontos atribuídos às cinco atividades. O indicador de patriotismo corresponde à resposta a uma questão sobre o orgulho que o inquirido sente em ser cidadão do país onde reside numa escala de quatro pontos (1-nenhum orgulho, 4-muito orgulho). Para o suporte à democracia foi construído um índice com base nas médias das respostas a uma bateria de

¹⁰ Para equivalência com a classificação portuguesa ver:

http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/tools/structure_education_systems_EN.pdf

¹¹ Num modelo alternativo incluíram-se como *dummies* as principais religiões na base de dados (Católica, Ortodoxa, Protestante e Islâmica) e apenas a religião Islâmica se revelou significativa quando comparada com a categoria de referência Evangélica+Judaica+Budista+Hindu.

¹² Ver anexo IV para uma descrição mais pormenorizada sobre a construção do indicador de classe social.

questões em escala tipo *Likert* de quatro pontos (1-suporte mínimo, 4-suporte máximo) (*Eigenvalue*=67,88%, $\alpha=0,76$).¹³ O suporte ao multiculturalismo consiste na resposta a uma questão em escala de dez pontos (1-suporte pela assimilação, 10-suporte pelo multiculturalismo).

3.2.2.3. Capital social

Para a dimensão associativa do capital social foi criado um índice de participação associativa (0-participação associativa nula, 15-participação máxima), foi seguido o argumento de Cigler & Joslyn (2002) segundo o qual, na relação com a tolerância é importante ter em conta a diversidade de associações. De acordo com a tese de Weber (2003), a participação em associações deveria ser mais importante na relação com a tolerância do que a simples pertença. Com a base total foram comparados os coeficientes de correlação entre o índice de *pertença* associativa e o índice de *participação* associativa com o índice geral de intolerância, em ambos os casos as correlações são baixas, mas significativas, sendo mais elevada a correlação com o índice de *participação* (r de *Pearson* -0,031 vs. -0,087).

Para a confiança interpessoal recorreu-se a um indicador de confiança interpessoal generalizada, isto é, a ideia de que se pode confiar em qualquer pessoa no geral e não tanto membros de algum grupo ou algum tipo específico de pessoas (Sullivan & Transue, 1999 p.638). A operacionalização foi baseada em duas variáveis, uma categorial (0-desconfiança, 1-confiança) uma segunda em escala de um a dez no mesmo sentido. Posteriormente a segunda variável foi uniformizada para variar entre zero e um e foi criado um índice que consiste na média das duas variáveis (r de *Pearson* =0,412, $p<0,01$).¹⁴

3.2.2.4. Psicossociais

O bem-estar subjetivo foi operacionalizado por meio de duas variáveis, uma escala de quatro pontos (1-mínimo bem-estar, 4-máximo bem-estar); e uma escala de dez pontos no mesmo sentido. Posteriormente a segunda variável foi convertida para variar entre um e quatro e foi criado um índice com a média das duas variáveis (r de *Pearson* =0,557, $p<0,01$).¹⁵

O indicador de dogmatismo baseou-se no utilizado por Hinckley (2010), que corresponde a uma escala de 3 pontos (1-dogmatismo máximo, 3-dogmatismo mínimo). Para o indicador de conformismo recorreu-se ao índice utilizado por Peffley & Rohsneider (2003

¹³ Foi testada a equivalência do índice do suporte à democracia nos grupos de países em análise sendo que em todos a Análise de Componentes Principais (rotação *Varimax* e critério de *Kaiser*) extrai apenas um fator de acordo com o critério de Kaiser (Países Mediterrâneos EV=62,97%, $\alpha=0,70$; Balcãs EV=72,38%, $\alpha=0,81$; Europa Ocidental EV=65,20%, $\alpha=0,73$; Europa do Norte EV=65,92%, $\alpha=0,74$; Europa de Leste EV=70,49%, $\alpha=0,79$; Ex-URSS EV=71,91%, $\alpha=0,80$; Ásia Ocidental EV=75,09%, $\alpha=0,83$).

¹⁴ r de *Pearson*: Países Mediterrâneos=0,358; Balcãs=0,305; Europa Ocidental=0,380; Europa do Norte=0,414; Europa de Leste=0,387; Ex-URSS=0,316; Ásia Ocidental=0,260. Todas as correlações $p<0,01$.

¹⁵ r de *Pearson*: Países Mediterrâneos=0,543; Balcãs=0,549; Europa Ocidental=0,566; Europa do Norte=0,533; Europa de Leste=0,496; Ex-URSS=0,439; Ásia Ocidental=0,700. Todas as correlações $p<0,01$.

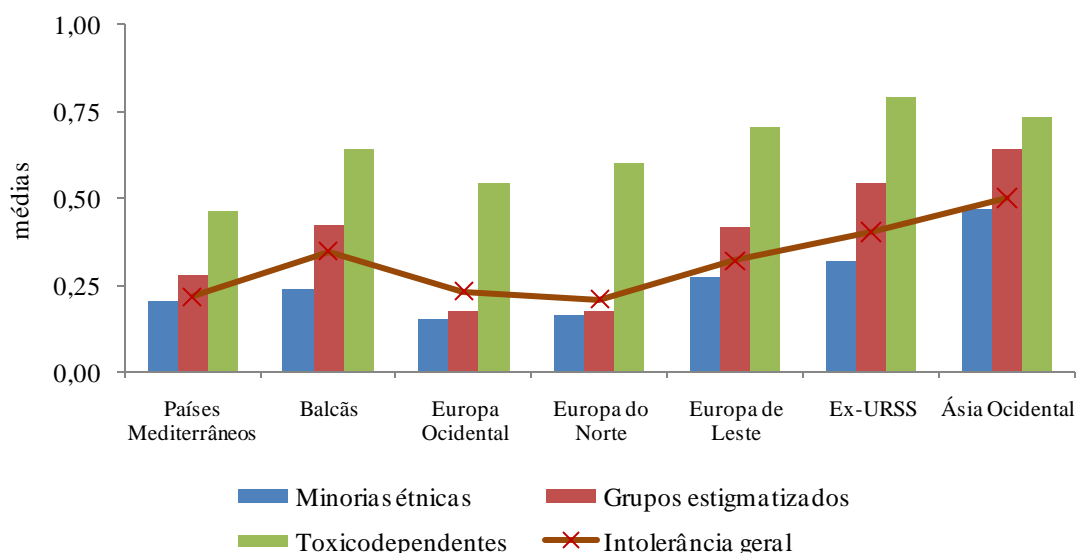
p.254) calculado com base em alguns itens de uma bateria de valores a transmitir às crianças (-1-conformismo mínimo, 2-conformismo máximo).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO¹⁶

Apresenta-se no presente capítulo algumas medidas descritivas das variáveis-critério e a verificação empírica das hipóteses levantadas no segundo capítulo. Para tal, expõem-se os resultados de uma regressão multinível para o índice geral de intolerância. Posteriormente, os coeficientes do modelo final da intolerância geral são comparados com os coeficientes das regressões para a intolerância face aos grupos-alvo mais específicos: minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes. O último exercício interpreta dois efeitos de moderação (Baron & Kenny, 1986) entre variáveis de nível individual e contextual.

No que concerne ao índice geral de intolerância (Figura 4.1), constata-se que existe diferenças de acordo com os grupos de países, apresentando valores médios mais baixos na Europa do Norte, Ocidental e Mediterrânea; e sendo a média mais elevada observada no grupo da Ásia Ocidental. No que toca à distribuição da intolerância de acordo com os três grupos-alvo, uma primeira observação é que existe uma hierarquia nos grupos intolerados transversal às agregações de países, sendo o grupo dos toxicodependentes o que apresenta médias de intolerância mais elevadas, enquanto o grupo das minorias étnicas é o menos intolerado, situando-se os grupos estigmatizados no meio-termo. No entanto, em grupos de países como a Europa Ocidental e a Europa do Norte, a diferença entre as médias de intolerância face aos grupos estigmatizados e face às minorias étnicas é reduzida.

Figura 4.1: Intolerância geral e face aos três grupos-alvo por grupos de países



Nota: para comparação, as médias foram uniformizadas dividindo o índice pelo número de itens que o constituem, variando assim cada uma das novas variáveis entre 0 e 1.

¹⁶ Para distribuição geográfica da intolerância na Europa ver anexo D

4.1. Intolerância geral¹⁷

Para verificação das hipóteses foi corrida uma série de modelos de regressão linear multinível com recurso ao *software Hierarchical Linear and Nonlinear Modeling* (HLM) (versão 7). Uma vez que no último modelo são testados efeitos de interação todas as variáveis quantitativas foram centradas e as variáveis *dummy* foram recodificadas com *weighted effect coding* (West, Aiken, & Krull, 1996).

Apresenta-se primeiramente um modelo hierárquico para a intolerância geral. Um primeiro modelo nulo apenas com a interceção da reta permite observar que 21% (correlação intraclasse) da variância da intolerância geral pode ser explicada por fatores de nível contextual. As variáveis foram introduzidas por blocos de acordo com a classificação exposta no capítulo das hipóteses, sendo testado no último modelo os dois efeitos de interação deduzidos no capítulo das hipóteses: entre a dimensão do *habitat* e a taxa de homicídio e entre o suporte e a longevidade da democracia.

No primeiro modelo são significativas as variáveis sexo, idade, escolaridade e religiosidade, sendo que estas variáveis explicam apenas 1% da variância do índice de intolerância geral que é alocada às variáveis de nível individual. Na introdução do segundo bloco, o eixo de valores materialistas/pós-materialistas, o auto-posicionamento no eixo esquerda-direita, o índice de participação política extraeleitoral, o suporte à democracia e ao multiculturalismo são significativamente relacionados com o índice de intolerância. Neste bloco a frequência das práticas religiosas perde a significância estatística. O modelo passa a prever 4% da variância a nível individual. Com a introdução das variáveis referentes ao capital social, em que apenas a confiança interpessoal apresenta efeito significativo, o modelo passa a possuir uma capacidade explicativa de 6%. A dimensão do *habitat* passa também a apresentar uma relação fraca mas significativa e a escolaridade perde a sua significância estatística. No quarto modelo são introduzidos os preditores de ordem psicossocial, todos eles significativos e acrescentando 1% à variância explicada pelos blocos anteriores. O patriotismo passa a apresentar uma relação fraca mas significativa com a variável-critério. No quinto modelo foram introduzidos os preditores de natureza contextual, com uma capacidade explicativa de 23% da variância do índice de intolerância alocada ao segundo nível, sendo estatisticamente significativa a relação do IDH com o índice de intolerância geral. O último modelo testa a existência do efeito de interação entre a dimensão do *habitat* e a taxa de homicídio e entre o suporte à democracia e a longevidade da mesma, sendo a primeira interação estatisticamente significativa. De referir que os preditores de nível individual mantiveram-se significativos com a introdução das variáveis de nível contextual.

¹⁷ Para medidas descritivas dos preditores ver anexo E

Quadro 4.1: Coeficientes de regressão linear hierárquica multinível e erros padrão para intolerância social geral na Europa

	Modelo 0		Modelo 1 (sociodemográficos)		Modelo 2 (modelo 1 + orientações políticas)		Modelo 3 (modelo 2 + capital social)		Modelo 4 (modelo 3 + psicossociais)		Modelo 5 (modelo 4 + nível agregado)		Modelo 6 (modelo 5 + interação <i>cross-level</i>)	
	B	SE	b	SE	b	SE	B	SE	b	SE	b	SE	b	SE
	Intercept (G00)	4,100***	0,230	4,098***	0,229	4,087***	0,217	4,072***	0,208	4,065***	0,202	4,065***	0,136	4,047***
Sexo (<i>effect coding</i> masculino)			0,196***	0,038	0,213***	0,038	0,194***	0,038	0,192***	0,038	0,192***	0,038	0,190***	0,038
Idade			0,008***	0,001	0,007***	0,001	0,008***	0,001	0,006***	0,001	0,006***	0,001	0,006***	0,001
Escolaridade			-0,079***	0,015	-0,033*	0,016	-0,009	0,016	0,003	0,016	0,002	0,016	0,001	0,016
Religiosidade			0,034**	0,010	0,016	0,011	0,020	0,011	0,018	0,011	0,017	0,011	0,015	0,011
Pertença a grupos minoritários (<i>effect coding</i>)			-0,151	0,158	-0,100	0,158	-0,119	0,157	-0,133	0,157	-0,135	0,157	-0,135	0,156
Habitat			0,005	0,008	0,015	0,008	0,016*	0,008	0,016*	0,008	0,015*	0,008	0,016*	0,008
Classe social (<i>effect coding</i> proletariado)			-0,023	0,070	-0,049	0,070	-0,071	0,069	-0,093	0,069	-0,095	0,069	-0,102	0,069
Valores materialistas/pós-materialistas					-0,285***	0,031	-0,257***	0,030	-0,236***	0,031	-0,234***	0,031	-0,236***	0,031
Auto-posicionamento no eixo esquerdo/direita					0,070***	0,009	0,065***	0,009	0,067***	0,009	0,067***	0,009	0,068***	0,009
Participação em discussões políticas					-0,005	0,030	0,008	0,030	0,015	0,030	0,014	0,030	0,013	0,030
Participação política extraleitoral					-0,055***	0,010	-0,051***	0,010	-0,051***	0,010	-0,050***	0,010	-0,049***	0,010
Patriotismo					0,039	0,026	0,052*	0,026	0,072**	0,026	0,071**	0,026	0,073**	0,026
Suporte à democracia					-0,161***	0,034	-0,106**	0,034	-0,094**	0,034	-0,091**	0,034	-0,093**	0,034
Suporte ao multiculturalismo					-0,038***	0,007	-0,035***	0,007	-0,035***	0,007	-0,035***	0,007	-0,035***	0,007
Associativismo							0,033*	0,016	0,038*	0,016	0,038*	0,016	0,038*	0,016
Confiança interpessoal							-0,995***	0,065	-0,907***	0,066	-0,902***	0,066	-0,906***	0,066

(cont.)

Bem-estar subjetivo	-0,261***	0,034	-0,258***	0,034	-0,260***	0,034
Dogmatismo	0,079**	0,023	0,078**	0,023	0,080**	0,023
Conformismo	0,096***	0,024	0,095***	0,024	0,098***	0,024
Modernização (IDH)			-0,114**	0,031	-0,116**	0,031
Democratização (longevidade da democracia)			0,006	0,009	0,006	0,009
Democratização (índice de liberdade)			-0,242	0,399	-0,219	0,402
Sentimento de ameaça (taxa de homicídios)			0,044	0,074	0,035	0,075
Habitat X taxa de homicídio					0,013***	0,003
Suporte à democracia X longevidade da democracia					0,003	0,002
R ² (nível individual)	0,007	0,040	0,062	0,075	0,163	0,163
R ² (nível contextual)		0,113	0,182	0,231	0,231	0,231

n nível individual=22.221, n nível contextual=35¹⁸; correlação intraclasse = 20,8%; * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$.

¹⁸ Albânia, Alemanha, Armênia, Áustria, Bélgica, Bielorrússia, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Luxemburgo, Moldávia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

4.2. Intolerância face a grupos-alvo específicos

Nesta secção são apresentados e comparados os modelos finais das regressões para a intolerância geral, face a minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes (Quadro 4.2). Os resultados são interpretados à luz das hipóteses levantadas.

No que toca à variável sexo, era esperado que no indicador de intolerância geral não existissem diferenças relevantes, uma vez que as referências na literatura obtinham resultados contraditórios, embora mais claros quando dirigidos a grupos-alvo específicos. No que diz respeito à tolerância face aos toxicodependentes, propôs-se que os homens fossem mais tolerantes do que as mulheres devido a uma maior probabilidade de eles pertencerem a este grupo-alvo. Empiricamente, os homens revelaram-se mais tolerantes face a toxicodependentes, mas mais intolerantes face aos restantes grupos-alvo. Ao contrário do esperado, obteve-se relações elevadas com o índice de intolerância geral. O efeito do sexo na intolerância face aos grupos estigmatizados pode-se dever à presença do item homossexuais, grupo tendencialmente mais intolerado pelos homens (Hooghe et al., 2010; Persell et al., 2001). Os resultados apontam para as mulheres serem mais tolerantes socialmente que os homens (com a exceção do grupo dos toxicodependentes) corroborando a hipótese de Sotelo (1999 p.212) segundo a qual deveria existir maior intolerância política nas mulheres e maior intolerância social nos homens, não verificada empiricamente na sua pesquisa.

No que diz respeito à idade, esperava-se que a relação seguisse no sentido de que quanto mais velho mais intolerante, relação apenas não significativa no que se refere à intolerância face a toxicodependentes.

A escolaridade, crucial no argumento de Stouffer (1955), apenas revelou ser um preditor significativo da intolerância face aos grupos estigmatizados e às minorias étnicas, embora mais fraco face ao último grupo. Nas restantes regressões esta relação foi significativa nos primeiros blocos do modelo, contudo, perdeu a sua capacidade preditora nos blocos subsequentes (terceiro bloco na intolerância geral, segundo bloco na intolerância face a toxicodependentes), o que sugere que a relação entre a escolaridade e a tolerância possa ser espúria ou explicável por outros fatores.

No que toca à religiosidade, aferida através da frequência de práticas religiosas, que se esperava concomitante com a intolerância, o efeito apenas se verificou significativo na intolerância face a grupos estigmatizados e a toxicodependentes, especialmente face ao primeiro grupo, provavelmente devido a este fator contemplar o grupo dos homossexuais, que, segundo a literatura, é condenado pela generalidade das Escrituras Sagradas (Hooghe et al., 2010 p.378; Yip, 2005). Já no caso da intolerância face a minorias étnicas, o sentido é inverso (embora não significativo), o que pode indicar a presença do efeito da ideologia de promoção do amor ao

próximo e do sentimento de solidariedade nas religiões. De referir ainda que, no que respeita o índice geral de intolerância, a religiosidade apresenta valores significativos nos primeiros modelos, perdendo força nos últimos blocos, o que pode evidenciar a existência de relações espúrias, ou a presença de efeitos mediadores já evidenciada por Wilcox & Jelen (1990 p.26).

A hipótese da pertença a grupos minoritários diminuir a intolerância foi confirmada face a minorias étnicas, mas não em relação aos restantes grupos-alvo. Possivelmente por ter sido utilizado como indicador a condição de imigrante.

A hipótese presente em alguns estudos sobre a tolerância (e.g., Stouffer, 1955; Wilson, 1985) segundo a qual viver em *habitats* mais urbanizados implica maior tolerância por parte dos seus habitantes apenas se verificou face aos grupos estigmatizados. Sendo que, para a intolerância geral e face a toxicodependentes, o sentido da relação é inverso, especialmente face ao último grupo-alvo. O que pode evidenciar que a urbanização esteja também relacionada com o sentimento de insegurança (Vaz, 2001), relação explorada adiante.

No que se refere à hipótese das classes populares serem mais intolerantes, a hipótese não se verificou. Isto é, membros do proletariado não se revelaram mais intolerantes quando comparados com as restantes categorias (burguesia + pequena burguesia). No entanto, a pertença ao proletariado mostrou-se relevante para o decréscimo da intolerância face ao grupo-alvo dos toxicodependentes. Uma possível explicação pode estar relacionada com uma maior probabilidade de pertença a este grupo. Como exemplo, numa análise a processos clínicos de dois hospitais de Lisboa e Beja (Antunes, 2010) verificou-se uma elevada proximidade entre a categoria dos operários e o elevado consumo de álcool e tabaco (p.26). Também numa análise a processos clínicos de utentes de uma comunidade terapêutica internacional (Henriques et al., 2010), 1/3 dos utentes estudados pertencia à categoria profissional dos operários (p.11), pautando-se por uma elevada proporção de consumos de heroína, cannabinóides, cocaína e álcool (p.33).

No que toca aos preditores relacionados com os valores, orientações e práticas políticas o eixo de valores materialistas/pós-materialistas, o auto-posicionamento no eixo esquerda-direita e a participação política extraeleitoral encontram-se significativamente relacionados com as quatro variáveis critério no sentido esperado, estando a intolerância mais presente nas orientações materialistas, no auto-posicionamento mais à direita, e em pessoas com menor participação política extraeleitoral.

A participação em discussões sobre política não se mostrou um preditor fiável da intolerância face a qualquer um dos grupos-alvo. Uma possível explicação para essa ausência de relação pode ser o modo como a questão está formulada no questionário: “*Quando está com pessoas amigas, com que frequência discute assuntos políticos: frequentemente, raramente ou nunca?*” Ora, o argumento de Pattie & Johnston (2008) é que a discussão com pessoas com ideias e valores diferentes do próprio importam para o alargamento das visões sobre o mundo,

as quais incluíam um maior sentimento de tolerância. No caso da pergunta presente no EVS, a questão apenas remete para amigos, não sendo efetuada referência à discordância ou pontos de vista antagônicos. Neste caso, a discussão com amigos, possivelmente com pontos de vista semelhantes aos do próprio, pode reforçar ideias pré-concebidas, quer estas sejam de tolerância ou intolerância.

No que respeita ao patriotismo, a hipótese proposta foi confirmada, uma vez que, tal como esperado, existe uma relação fraca em três das quatro regressões, no sentido em que maior patriotismo implica maior intolerância. Relação apenas não significativa face ao grupo dos toxicodependentes.

No que toca ao suporte à democracia, esperava-se uma relação fraca com a tolerância, no entanto, observou-se que todas as relações foram significativas e até fortes face a minorias étnicas e grupos estigmatizados ($p < 0,001$). Contudo, na relação com a intolerância face a toxicodependentes, o sentido foi inverso ao esperado, i.e., maior suporte à democracia implica maior intolerância face a toxicodependentes, não sendo possível, de momento, avançar uma explicação para esta relação. Embora se sugira a necessidade de avaliar a interação entre esta variável e fatores explicativos contextuais.

No caso do suporte ao multiculturalismo, verifica-se uma relação significativa com os quatro grupos-alvo, embora se esperasse que essa relação fosse mais acentuada na relação face às minorias étnicas. Talvez esta variável esteja a aferir outro fenómeno de abstração superior que implica tolerância geral face a uma pluralidade de grupos minoritários e não só as minorias étnicas, mesmo parecendo suficientemente explícita a questão (*Em relação às afirmações que se seguem, indique, por favor, em que ponto da escala se situa a sua opinião pessoal? 1 - É melhor, para o bem da sociedade, que os imigrantes mantenham os seus costumes e tradições. 10 - É melhor, para o bem da sociedade, que os imigrantes não mantenham os seus costumes e tradições, mas que adotem os costumes do país*). Se forem tidas em conta as definições de Castles & Miller (2009) o multiculturalismo defende que os imigrantes devem poder participar como iguais em todas as esferas da sociedade, sem ter a obrigação de prescindir da sua própria cultura, religião ou linguagem, enquanto assimilação consiste no processo através do qual os imigrantes são incorporados na sociedade através de um processo unilateral de adaptação em que são abandonados critérios linguísticos, culturais e sociais, de maneira a tornarem-se indissociáveis da população maioritária. Parece assim que a questão leva os inquiridos a posicionarem-se entre estes dois polos. Contudo, nenhum deles parece implicar obrigatoriamente opiniões anti-imigração ou anti-minorias étnicas. Talvez com indicadores de oposição à imigração o sentido fosse mais claro.

No que respeita à componente do capital social, a hipótese referente ao associativismo não se confirmou, e o seu efeito foi oposto ao previsto no índice geral de intolerância e face a minorias étnicas, com relações fracas mas significativas. Isto é, maior pertença associativa

implica maior intolerância, embora, como já referido, numa análise bivariada a correlação tenha seguido o sentido esperado (r de *Pearson* -0,087). Há que ter em conta que, nas teorias do capital social, já Portes & Landolt (1996) tinham alertado para o capital social poder ser tanto positivo como negativo. Também Putman (2000), que defendeu convictamente a relação entre o capital social e a tolerância, alertou para a possibilidade de um *dark side* do capital social que estaria associado a um comunitarismo sectário (cap.22). Em traços mais gerais, Putman propõe a existência de duas dimensões do capital social, o *bounding* e o *bridging*. Parece que, neste caso, o capital social na dimensão de associativismo poderá estar a reforçar apenas o *bounding* e não tanto o *bridging*. No que concerne à segunda dimensão, a confiança interpessoal, a hipótese foi confirmada, de modo que a maior confiança nos outros implica menor intolerância face a qualquer dos grupos-alvo.

No bloco de preditores de ordem psicossocial, a hipótese referente ao bem-estar subjetivo foi confirmada, ainda que a sua relação com a tolerância face aos toxicodependentes tenha sido fraca. Com resultados semelhantes, o dogmatismo apenas não se encontra relacionado com a intolerância face a toxicodependentes. Já o indicador de conformismo prediz com elevada significância a intolerância face a todos os grupos em análise.

Analisando os preditores ao nível contextual, a hipótese da modernização via IDH foi confirmada, estando o incremento nos valores deste índice relacionado com o decréscimo da intolerância geral, face a grupos estigmatizados e face a toxicodependentes. No caso dos dois indicadores de democratização, nem a longevidade da democracia nem o índice de liberdade apresentam relações significativas com nenhum dos grupos-alvo. Relembra-se o argumento de Peffley & Rohrschneider (2003 p.245) para a relação entre a longevidade da democracia e a tolerância política, segundo os quais esta relação poderia ser espúria, devido ao efeito do desenvolvimento socioeconómico estar correlacionado com a indicadores de democratização (Lipset, 1959b pp.75-85; 1981 cap.2). O sentimento de ameaça, operacionalizado através da taxa de homicídio apenas mostrou ser um preditor significativo da intolerância face aos toxicodependentes. No que respeita os preditores de nível contextual, é de referir que, qualquer um deles, quando introduzido individualmente no modelo, apresenta *p-value* abaixo de 0,01. Contudo, alguns deles perdem significância estatística no modelo completo, o que sugere a possibilidade de relações espúrias.

Por fim, foi testado o efeito de interação entre preditores de nível individual e contextual. O produto entre a dimensão do *habitat* de residência e a taxa de homicídio apenas não é significativa na intolerância face a toxicodependentes. Já a interação entre a longevidade da democracia e o suporte pela mesma apenas é significativa na intolerância face aos grupos estigmatizados. O efeito da moderação será explorado na secção seguinte.

Quadro 4.2: Coeficientes de regressão linear multinível e erros padrão para intolerância social geral, face a minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes na Europa

	Intolerância geral		Minorias étnicas		Grupos estigmatizados		Toxicodependentes	
	b	SE	B	SE	B	SE	b	SE
Intercept (G00)	4,047***	0,137	0,673***	0,028	0,963***	0,036	1,225***	0,040
Sexo (<i>effect coding</i> masculino)	0,190***	0,038	0,040**	0,012	0,105***	0,013	-0,030**	0,011
Idade	0,006***	0,001	0,001*	0,000	0,003***	0,000	0,000	0,000
Escolaridade	0,001	0,016	-0,012*	0,005	-0,026***	0,006	0,003	0,005
Religiosidade	0,015	0,011	-0,005	0,003	0,014***	0,004	0,006*	0,003
Pertença a grupos minoritários (<i>effect coding</i>)	-0,135	0,156	-0,204***	0,049	-0,093	0,054	0,020	0,046
Habitat	0,016*	0,008	0,003	0,002	-0,006*	0,003	0,016***	0,002
Classe social (<i>effect coding</i> proletariado)	-0,102	0,069	0,024	0,022	0,029	0,024	-0,065**	0,020
Materialistas/pós-materialistas	-0,236***	0,031	-0,080***	0,010	-0,102***	0,011	-0,069***	0,009
Eixo esquerda/direita	0,068***	0,009	0,021***	0,003	0,024***	0,003	0,018***	0,003
Discussões políticas	0,013	0,030	-0,004	0,010	-0,008	0,010	-0,003	0,009
Participação extraeleitoral	-0,049***	0,010	-0,016***	0,003	-0,013***	0,003	-0,008**	0,003
Patriotismo	0,073**	0,026	0,027**	0,008	0,031**	0,009	0,010	0,008
Suporte à democracia	-0,093**	0,034	-0,054***	0,011	-0,049***	0,012	0,027**	0,010
Suporte ao multiculturalismo	-0,035***	0,007	-0,014***	0,002	-0,014***	0,002	-0,012**	0,002
Associativismo	0,038*	0,016	0,013*	0,005	0,003	0,006	-0,006	0,005
Confiança interpessoal	-0,906***	0,066	-0,242***	0,021	-0,288***	0,023	-0,146***	0,020
Bem-estar subjetivo	-0,260***	0,034	-0,064***	0,011	-0,070***	0,012	-0,022*	0,010
Dogmatismo	0,080**	0,023	0,029***	0,007	0,040***	0,008	0,009	0,007
Conformismo	0,098***	0,024	0,032***	0,008	0,048***	0,008	0,046***	0,007
Modernização (IDH)	-0,116**	0,031	-0,007	0,006	-0,040***	0,008	-0,019*	0,009
Democratização (longevidade da democracia)	0,006	0,009	-0,138	0,083	0,000	0,002	0,109	0,118
Democratização (índice de liberdade)	-0,219	0,402	-0,002	0,002	-0,077	0,104	0,002	0,003
Sentimento de ameaça (taxa de homicídios)	0,035	0,075	-0,004	0,015	0,019	0,019	0,054*	0,022
Habitat X taxa de homicídio	0,013***	0,003	0,003**	0,001	0,003***	0,001	0,000	0,001
Suporte à democracia X longevidade da democracia	0,003	0,002	0,000	0,000	0,001**	0,001	0,000	0,000
Correlação intraclasse	0,208		0,081		0,213		0,131	
R ² (nível individual)	0,163		0,078		0,214		0,067	
R ² (nível contextual)	0,231		0,329		0,269		0,114	

n nível individual=22.221, n nível contextual=35; * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

4.3. Efeitos de interação

Apresentam-se nesta secção as representações gráficas e interpretações dos efeitos de interação que permitiram testar a existência do efeito moderador (Baron & Kenny, 1986) da ameaça contextual na relação entre a urbanização e a intolerância e da longevidade da democracia na relação entre o suporte à democracia e a intolerância. Cada figura representa a relação entre o preditor e a variável critério em duas condições contextuais, uma em que o moderador apresenta valores baixos (-1 d.p.), outra em que o moderador apresenta valores elevados (+1 d.p.) da variável moderadora.

As figuras 4.2 a 4.4 demonstram um efeito semelhante da taxa de homicídio na relação entre a dimensão do *habitat* de residência e a intolerância. A relação é positiva em contextos de elevada taxa de homicídio, e negativa nos contextos onde esta variável assume valores mais baixos. Ou seja, em contextos com baixa ameaça, residir em *habitats* urbanos implica maior tolerância. Corroborando teorias clássicas como a de Simmel (2009) que considera as cidades um contexto de indiferença, ou a de Wirth (1938) e Stouffer (1955) que advogam que nas cidades existe um maior contacto com a diversidade. Por outro lado, em contextos de elevado sentimento de ameaça, esta relação é inversa, a residência em zonas mais urbanizadas está associada a uma maior intolerância, provavelmente devido a uma maior insegurança sentida nas cidades (Ferreira, 2001; Vaz, 2001). Em termos empíricos, a relação da intolerância geral e da intolerância face minorias étnicas com a dimensão do *habitat* apenas é significativa na condição de taxa de homicídio elevada. Já a relação da dimensão do *habitat* com a intolerância face a grupos estigmatizados apenas é significativa na condição de baixas taxas de homicídio.

Em segundo lugar apresenta-se a representação gráfica do efeito moderador da longevidade da democracia na relação entre o suporte à democracia e a intolerância (Figura 4.5), hipótese influenciada pelos resultados de Gibson (1998b) segundo o qual, na Rússia, a discrepância entre o suporte pela democracia e a tolerância era elevada. Relação justificada pelo processo de democratização recente, em que o sentimento de ameaça estaria mais presente (Gibson, 1998a p.42) e em que o tempo de aprendizagem e interiorização de valores democráticos seria menor (Peffley & Rohrschneider, 2003 p.245). A primeira constatação é que, independentemente da democracia ser ainda recente ou mais consolidada, a relação segue no sentido que, maior é o suporte à democracia implica decréscimos na intolerância. No entanto, essa relação é muito mais acentuada nas velhas democracias, sendo apenas nesta condição que a relação entre a concordância com princípios abstratos de democracia e atitudes mais concretas de tolerância se revela estatisticamente significativa.

Figura 4.2: *Habitat* X taxa de homicídio na intolerância geral

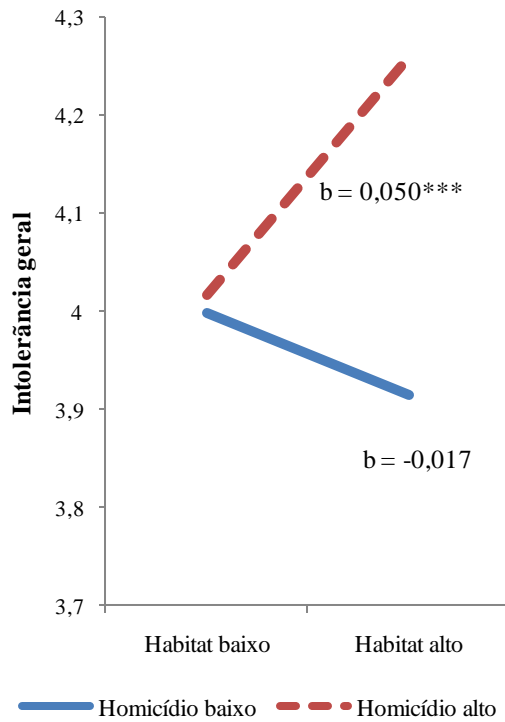


Figura 4.3: *Habitat* X taxa de homicídio na intolerância face a minorias étnicas

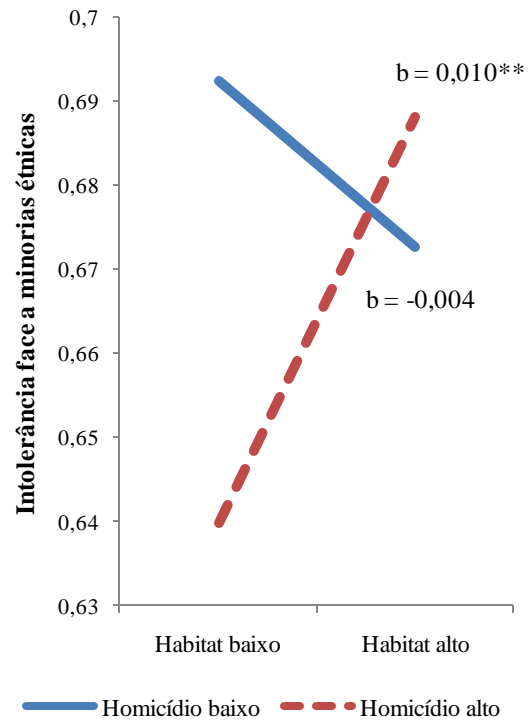


Figura 4.4: *Habitat* X taxa de homicídio na intolerância a grupos estigmatizados

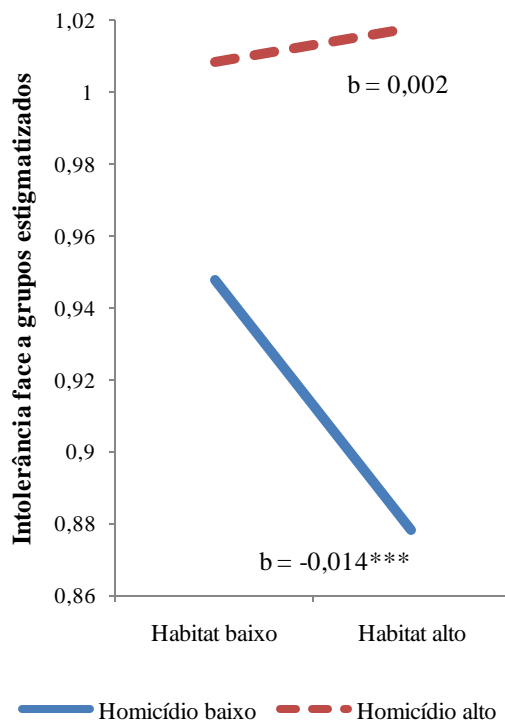
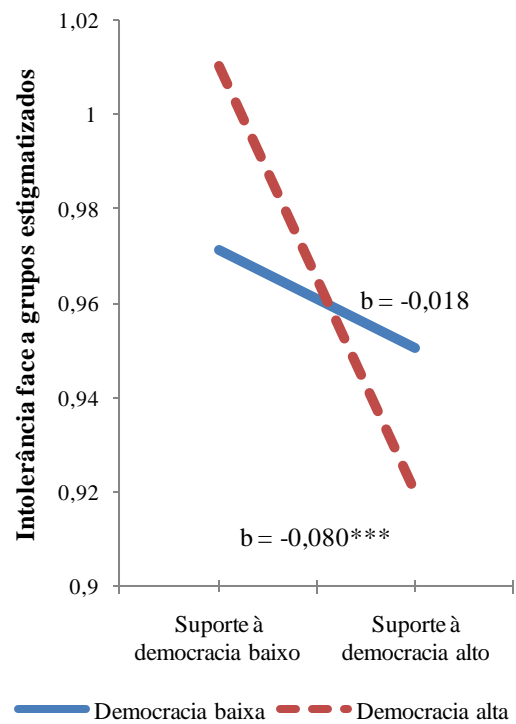


Figura 4.5: Suporte à democracia X longevidade da democracia na intolerância face a grupos estigmatizados



5. CONCLUSÃO

5.1. Síntese

Foi objetivo desta dissertação testar um modelo de preditores para a intolerância social. O mesmo modelo foi testado para um indicador de intolerância geral e para três índices de intolerância face a grupos-alvo específicos (minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes). Os preditores foram agrupados em cinco categorias: sociodemográficos, orientações políticas, de capital social, psicossociais e de nível contextual. Dentro das variáveis sociodemográficas, no que respeita ao sexo, não era esperado efeito no índice de intolerância geral devido aos resultados contraditórios encontrados na literatura, sendo muitas vezes introduzida apenas como variável de controlo (e.g., Duch & Gibson, 1992; Viegas, 2007; Wilcox & Jelen, 1990). No entanto, esperavam-se diferenças mais relevantes face a grupos-alvo específicos, especialmente face ao grupo dos toxicodependentes, em que se propôs que os homens fossem mais tolerantes, devido a uma maior incidência de consumo de drogas por parte dos homens (IDT, 2009), esta última hipótese verificou-se empiricamente.

Em termos de idade esperava-se que os jovens fossem mais tolerantes, quer por terem sido socializados em ambientes democráticos (Sullivan et al., 1981), quer por com a idade as pessoas tenderem a tornar-se mais conservadoras (Sullivan et al., 1982). No caso concreto do grupo-alvo dos toxicodependentes esperava-se que quanto menor a idade menor a intolerância devido a ser nos segmentos mais novos que se encontra a maior proporção de consumidores de drogas (IDT, 2009). A hipótese da idade apenas não se verificou no modelo da intolerância face a toxicodependentes.

Esperava-se que o aumento nos níveis de escolaridade implicasse decréscimos na intolerância, de acordo com a teoria de Stouffer (1955) seria na escola que se estabeleceria o contato com a diversidade e a escola deveria ser um local de aprendizagem de normas democráticas. A relação entre escolaridade e tolerância verificou-se face a minorias étnicas e a grupos estigmatizados.

A frequência das práticas religiosas esperava-se concomitante com a intolerância devido à promoção de valores tomados com verdadeiros e absolutos (Jelen & Wilcox, 1990) bem como a uma demarcação clara entre crentes e não crentes (Cochran in Wilcox & Jelen, 1990), sendo especificamente relevante a intolerância face a homossexuais, devido a interpretações das Escrituras Sagradas (Hooghe et al., 2010; Yip, 2005). Esta hipótese verificou-se face a dois grupos-alvo: estigmatizados e toxicodependentes.

Propôs-se que membros de grupos minoritários se revesses noutras minorias e por isso fossem mais tolerantes (Gibson, 1987; Sullivan et al., 1982), para tal foi utilizada a condição de imigrante, que apenas se revelou significativa redução da intolerância face a minorias étnicas.

A hipótese da urbanização propunha que residentes em zonas mais urbanizadas fossem mais tolerantes devido às cidades serem contextos mais heterogéneos (Stouffer, 1955; Wilson, 1985), quer devido a uma atitude *blasé* (Simmel, 2009), ou a um modo de vida urbano (Wirth, 1938). Esta hipótese apenas se verificou face aos grupos estigmatizados, tendo sido obtidos resultados contrários aos esperados no modelo da intolerância geral e da intolerância face a toxicodependentes, o que leva a descartar a hipótese principal e reconsiderar a hipótese alternativa de que as cidades podem ser locais com elevada incidência de determinados tipos de crimes que implicam um maior sentimento de insegurança (Vaz, 2001).

Com base na teoria de Lipset (1959a) esperava-se que a pertença ao proletariado estivesse associada à intolerância, isto devido a um maior sentimento de ameaça na componente económica e social, a um maior isolamento face a organização e devido a uma socialização familiar mais autoritária (Lipset, 1959a) ou devido a menor contato com a diversidade (Kohn in Williams et al., 1976). O proletariado apenas se revelou significativo numa das regressões (toxicodependentes), mas no sentido inverso ao esperado i.e., a pertença ao proletariado implica decréscimos na intolerância face a toxicodependentes, advogou-se que tal possa ser devido a uma maior probabilidade de membros do proletariado terem problemas com álcool e drogas (Antunes, 2010; Henriques et al., 2010). Em suma, nenhum dos preditores sociodemográficos se revelou transversal a todos os grupos-alvo. Já Sullivan et al. (1982 p.144) tinham verificado que grande parte das variáveis sociodemográficas não estavam muito relacionadas com tolerância no geral, mas apenas com a seleção dos grupos-alvo específicos *disliked*.

Passando às hipóteses relacionados com valores, orientações e práticas políticas, com base na teoria da mudança de valores materialistas para pós-materialistas de Inglehart (1990) esperava-se que pessoas classificadas como pós-materialistas fossem mais tolerantes, o que se verificou nos quatro modelos.

No que respeita o auto-posicionamento no eixo-esquerda direita esperava-se que fossem mais tolerantes aqueles mais posicionados à esquerda, por sua vez, indivíduos posicionados à direita seriam mais intolerantes uma vez que é nos extremos deste eixo que se posiciona a identificação partidária com os partidos na nova esquerda e nova direita, que contemplam nas suas agendas os temas referentes a questões de atitudes face a grupos minoritários estigmatizados (Inglehart in Freire, 2003 p.311). Esta hipótese verificou-se em todas as regressões.

A hipótese ancorada no argumento de Pattie & Johnston (2008) segundo o qual a discussão em contexto informal sobre assuntos políticos estaria associado a uma maior tolerância devido a um maior contacto com diversidade ideológica não se verificou em nenhuma das regressões, propôs-se que a ausência desta relação seja devido ao modo como a questão está formulada no inquérito por questionário.

A hipótese da participação política extraeleitoral, que defendia que cidadãos que efetivassem as liberdades civis seriam cidadãos que beneficiariam das normas democráticas e por isso mais interessados em observá-las e pô-las em prática (Peffley & Rohrschneider, 2003) verificou-se nas quatro regressões.

No caso do suporte à democracia, em que se esperava uma relação positiva, mas fraca com a tolerância, partindo do argumento que existe alguma discrepância entre a concordância com princípios abstratos democráticos e a sua aplicação em situações mais concretas (Prothro & Grigg, 1960) verificou-se em três das quatro regressões (intolerância geral, minorias étnicas e grupos estigmatizados), contudo, no caso da intolerância face a toxicodependentes, maior suporte por princípios democráticos implicou maior intolerância face a toxicodependentes.

A hipótese do patriotismo estar relacionado com a intolerância, por implicar uma forte ligação afetiva à nação (Duckitt & Mphuthing, 1998) que por sua vez estaria associada a uma tendência para a exclusividade, apenas não se verificou no modelo da intolerância face a toxicodependentes.

Quanto ao suporte ao multiculturalismo, era esperado, que tal como em Noll et al. (2010) apologistas do multiculturalismo fossem mais tolerantes, especialmente face a minorias étnicas, contudo este verificou-se um preditor robusto nos quatro modelos.

Foram testados dois indicadores de capital social: o associativismo e a confiança interpessoal. Este último já tinha sido utilizado isoladamente como preditor da tolerância étnica e religiosa (E. Golebiowska, 2009). Neste caso mostrou-se fortemente significativo nas quatro regressões no sentido em que maior confiança nos outros implica menor intolerância.

Já o associativismo, que se esperava ser um gerador de tolerância, uma vez que implicaria a aprendizagem de normas e valores democráticos (Pateman, 1970) e de confiança mútua (Persell et al., 2001) apresentou relações contrárias ao esperado no modelo da intolerância geral e da intolerância face a minorias étnicas, isto é, maior participação associativa implicou maior intolerância, lembram-se as críticas de Cigler & Joslyn (2002) segundo as quais a participação em grupos homogéneos, hierarquizados e não democráticos não implicaria tolerância nos seus membros.

No que respeita à dimensão psicossocial, foi proposta a hipótese de que maior bem-estar subjetivo estaria associado a menor intolerância, servindo este indicador como um *proxy* ao que Stouffer (1955) considerava otimismo. Hipótese que se verificou nos quatro modelos.

Propôs-se também a hipótese de que indivíduos mais dogmáticos fossem mais intolerantes, segundo o argumento de Rokeach (1960) o dogmatismo estaria associado a uma estrutura rígida de crenças em que o exogrupo tenderia a ser considerado perigoso e/ou merecedor de direitos democráticos. Hipótese que só não se verificou no modelo de intolerância face a toxicodependentes.

A terceira hipótese no grupo dos preditores psicossociais defendia que se observaria maior tolerância em indivíduos com preferência pelo conformismo, i.e., por um mundo mais estruturado e ordenado, com ênfase na obediência a regras e autoridade. Esta hipótese verificou-se em todos os modelos de regressão.

Nas hipóteses de nível contextual, a hipótese da modernização baseada na teoria de Inglehart (1977, 1990) segundo a qual países mais modernizados seriam países que permitiram a emergência valores seculares e de autoexpressão e não tanto valores tradicionais e de sobrevivência, apenas não se verificou no modelo da intolerância face a minorias étnicas.

A hipótese da democratização defendia que quanto mais consolidada a democracia de um país, menos intolerantes serão os seus habitantes, uma vez que existe uma maior interiorização de valores e normas democráticas (Peffley & Rohrschneider, 2003). Para tal foram utilizados dois indicadores, a longevidade da democracia e um índice de liberdade democrática. Nos modelos finais, nem um nem outro dos preditores se revelou significativo, talvez devido à correlação já evidenciada entre a democratização e o desenvolvimento económico (Lipset, 1959b, 1981), uma vez que o IDH contempla uma dimensão de desenvolvimento económico pode ter neutralizado o efeito das variáveis de democratização.

Por fim, a hipótese do sentimento de ameaça a nível agregado partia do princípio que países onde existisse maior sentimento de ameaça seriam países com pessoas mais intolerantes, hipótese que apenas se verificou no modelo de intolerância face a toxicodependentes.

Foram ainda testados dois efeitos de interação *cross-level* na intolerância: entre o nível de urbanização e a ameaça, e entre o suporte e a longevidade da democracia. A primeira interação permitiu perceber que, a residência em *habitats* mais urbanizados implica tolerância em contexto (países) com baixo sentimento de ameaça, já em contextos com elevado sentimento de ameaça, residir em *habitats* mais urbanizados implica maior intolerância. Interação apenas não significativa no modelo da intolerância face a toxicodependentes.

A segunda interação testada foi entre o suporte e a longevidade da democracia, hipótese influenciada pelos resultados de Gibson (1998a, 1998b) que constatou que na Rússia, uma nova democracia, a relação entre o suporte por normas abstratas democráticas e aplicações concretas como atitudes de tolerância foram baixas. A análise de interação permitiu perceber que a relação entre o suporte à democracia e a tolerância apenas é significativa nas velhas democracias, nas novas democracias, embora a relação siga o mesmo sentido é muito mais fraca e não significativa. Esta interação apenas se revelou significativa no modelo de intolerância face a grupos estigmatizados.

Comparando os modelos propostos a nível individual de acordo com os grupos-alvo, conclui-se que o modelo proposto tem maior capacidade explicativa para a intolerância face aos grupos estigmatizados ($R^2=21\%$), seguido da intolerância geral ($R^2=16\%$), e das minorias étnicas ($R^2=8\%$) sendo na tolerância face a toxicodependentes que se obteve menor capacidade

explicativa ($R^2 = 7\%$). Já no que concerne aos preditores de nível contextual, a maior variância explicada é da intolerância face a minorias étnicas ($R^2=33\%$) em segundo lugar face a grupos estigmatizados ($R^2=27\%$), seguida da intolerância geral ($R^2=23,5\%$) e por fim do modelo de intolerância face a toxicodependentes ($R^2=12\%$). Assim, a intolerância face ao grupo dos toxicodependentes, ainda pouco estudada isoladamente, é aquela cujo modelo apresenta a menor capacidade explicativa, quer a nível individual, como a nível contextual. Uma vez que este é o grupo-alvo mais intolerado na Europa, justifica-se a procura de outros preditores para a intolerância face a toxicodependentes.

5.2. Limitações

Esta pesquisa, não está isenta de limitações. Uma delas, decorrente de estarem a ser trabalhados dos secundários, consiste no fato de não ter sido possível incluir como preditor alguns indicadores de autoestima, considerado importante pela literatura (e.g., Gibson, 1987; Sniderman, 1975; Sotelo, 2000; Sullivan et al., 1993). Em segundo lugar, a utilização destes dados não possibilitou recorrer à tecnologia *least-liked* de Sullivan et al. (1982) que permitiria ter um melhor controlo entre situações de tolerância e simpatia ou pertença aos grupos-alvo.

Por outro lado, preditores existentes na base do EVS também não foram utilizados, uma vez que o espaço disponível na dissertação em termos de páginas não permitia uma exposição teórica mais elaborada. Entre eles, o eixo paroquialismo/cosmopolitismo de Inglehart (1977 cap.12), a teoria dos vencedores e vencidos da globalização na ótica da procura (Kriesi et al., 2008), a confiança nas instituições, indicadores de preconceito racial ou de oposição à imigração ou ainda preditores relacionados com as teorias do conflito, como a ameaça realista. Apesar dessas limitações, esta dissertação conseguiu dar resposta às questões inicialmente propostas.

5.3. Futura direção da pesquisa

Pretende-se em futuras pesquisas testar em modelos de intolerância política alguns dos preditores que foram incluídos no modelo de intolerância social testados neste modelo que, de acordo com o levantamento bibliográfico não foram testados noutros modelos, mais concretamente, a nível individual, a classe social operacionalizada através da tipologia ACM, o patriotismo e o bem-estar subjetivo; a nível contextual a taxa de homicídios como indicador de sentimento de ameaça.

Será também interessante em estudos futuros explorar a perspectiva do membros de grupos minoritários marginalizados numa perspectiva qualitativa, isto é, perceber de que modo os membros de grupos minoritários interpretam a (in)tolerância por parte da população em geral ou do grupo majoritário, apreendendo, através do discurso dos interlocutores, o sentido atribuído pelos mesmos às experiências vividas.

BIBLIOGRAFIA

- Aboim, S. (2008). Género e Modernidade - A Construção Pública do Privado. In M. V. Cabral, K. Wall, S. Aboim & F. C. d. Silva (Eds.), *Itinerários - A Investigação nos 25 anos do ICS* (pp. 561-582). Lisboa: ICS.
- Adamczyk, A., & Pitt, C. (2009). Shaping Attitudes About Homosexuality: The Role of Religion and Cultural Context. *Social Science Research*, 38, 338-351.
- Albuquerque, I., Lima, M. P. d., Figueiredo, C., & Matos, M. (2012). Subjective Well-Being Structure: Confirmatory Factor Analysis in a Teachers' Portuguese Sample. *Social Indicators Research*, 105(3), 569-580.
- Allport, G. W. (1979). *The Nature of Prejudice*. Reading: Addison-Wesley Publishing.
- Almeida, J. F., Costa, A. F. d., & Machado, F. L. (1988). Famílias, Estudantes e Universidades – Painéis de Observação Sociográfica. *Sociologia, Problemas e Práticas*(4), 11-44.
- Antunes, R. (2010). Classes Sociais e a Desigualdade na Saúde. *CIES e-Working Paper*(85).
- Bahry, D., Boaz, C., & Gordon, S. B. (1997). Tolerance, Transition, and Support for Civil Liberties in Russia. *Comparative Political Studies*, 30(4), 484-510.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The Moderator-Mediator Variable Distinction in Social Psychological Research: Conceptual, Strategic, and Statistical Considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51(6), 1173-1182.
- Blumer, H. (1958). Race Prejudice as a Sense of Group Position. *The Pacific Sociological Review*, 1(1), 3-7.
- Bobo, L., & Licari, F. (1989). Education and Political Tolerance: Testing the Effects of Cognitive Sophistication and Target Group Affect. *Public Opinion Quarterly*, 53, 285-308.
- Bourdieu, P. (1986). The Forms of Capital. In J. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-258). New York: Greenwood.
- Byrne, B. M. (2010). *Structural Equation Modeling with AMOS Basic Concepts, Applications, and Programming, 2nd edition*. New York: Routledge.
- Candeias, P. (2012). "Tolerância Social Face a Extremistas Políticos na Europa: Tendências e Preditores" comunicação apresentada no VI Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política, ISCPS, 01 a 03 de Março de 2012, Lisboa.
- Canetti-Nisim, D., Halperin, E., Sharvit, K., & Hobfoll, S. E. (2009). A New Stress-Based Model of Political Extremism: Personal Exposure to Terrorism, Psychological Distress, and Exclusionist Political Attitudes. *Journal of Conflict Resolution*, 53(3), 363-389.
- Castles, S., & Miller, M. J. (2009). *The Age of Migration - International Population Movements in the Modern World, Fourth edition revised and updated*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Cigler, A., & Joslyn, M. R. (2002). The Extensiveness of Group Membership and Social Capital: The Impact on Political Tolerance Attitudes. *Political Research Quarterly*, 55(1), 7-25.
- Côté, R. R., & Erickson, B. H. (2009). Untangling the Roots of Tolerance: How Forms of Social Capital Shape Attitudes Toward Ethnic Minorities and Immigrants. *American Behavioral Scientist*, 52(12), 1664-1689.
- Davis, D., & Silver, B. D. (2004). Civil Liberties vs. Security: Public Opinion in the Context of the Terrorist Attacks on America. *American Journal of Political Science*, 48(1), 28-46.
- Davis, J. A. (1975). Communism, Conformity, Cohorts and Categories: American Tolerance in 1954 and 1972-73. *American Journal of Sociology*, 81(3), 491-513.
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E., & Smith, H. L. (1999). Subjective Well-Being: Three Decades of Progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), 276-302.
- Duarte, I., Castro, A., Afonso, J., Sousa, M., Antunes, M. S., & Antunes, M. J. L. (2005). *Coexistência Inter-Etnica, Espaços e Representações Sociais: Os Ciganos Vistos Pelo Outros*. Lisboa: ACIME.
- Duch, R. M., & Gibson, J. L. (1992). "Putting Up With" Fascists in Western Europe: A Comparative, Cross-Level Analysis of Political Tolerance. *The Western Political Quarterly*, 45(1), 237-273.
- Duckitt, J., & Mphuthing, T. (1998). Group Identification and Intergroup Attitudes: A Longitudinal Analysis in South Africa. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(1), 80-85.
- EMCDDA. (2009). *Polydrug Use: Patterns and Responses*. Luxemburg: EMCDDA.
- Faísca, L. M., & Jesuino, J. C. (2006). *Comunidades Ciganas: Representações Sociais da Comunidade Cigana na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: ACIME.
- Feldman, S., & Stenner, K. (1997). Perceived Threat and Authoritarianism. *Political Psychology*, 18(4), 741-770.
- Ferreira, E. V. (2001). Criminalidade e Insegurança Urbana. In M. Pinheiro, L. V. Baptista & M. J. Vaz (Eds.), *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades* (pp. 85-94). Oeiras: Celta.

- Flanagan, S. C., & Lee, A.-R. (2003). The New Politics, Culture Wars, and the Authoritarian-Libertarian Value Change in Advanced Industrial Democracies. *Comparative Political Studies*, 36(3), 235–271.
- Freire, A. (2003). Pós-Materialismo e Comportamentos Políticos: O Caso Português Numa Perspectiva Comparativa. In J. Vala, M. V. Cabral & A. Ramos (Eds.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 295-361). Lisboa: ICS.
- Freire, A. (2006). *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Lisboa: ICS.
- Freire, A., & Lobo, M. C. (2002). The Portuguese 2002 Legislative Elections. *West European Politics*, 25(4), 221-228.
- Gibson, J. L. (1987). Homosexuals and the Ku Klux Klan: A Contextual Analysis of Political Tolerance. *The Western Political Quarterly*, 40(3), 427-448.
- Gibson, J. L. (1998a). Putting Up With Fellow Russians: An Analysis of Political Tolerance in the Fledgling Russian Democracy. *Political Research Quarterly*, 51(1), 37-68.
- Gibson, J. L. (1998b). A Sober Second Thought: An Experiment in Persuading Russians to Tolerate. *American Journal of Political Science*, 42(3), 819-850.
- Gibson, J. L. (2006). Enigmas of Intolerance: Fifty Years After Stouffer's Communism, Conformity, and Civil Liberties. *Perspectives on Politics*, 4(1), 21-34.
- Gibson, J. L., & Gouws, A. (2001). Making Tolerance Judgments: The Effects of Context, Local and National. *The Journal of Politics*, 63(4), 1067-1090.
- Golebiewska, E. (2009). Ethnic and Religious Tolerance in Poland. *East European Politics and Societies*, 23(3), 371-391.
- Golebiewska, E. A. (1999). Gender Gap in Political Tolerance. *Political Behavior*, 21(1), 43-66.
- Guérin, D., Petry, F., & Crête, J. (2004). Tolerance, Protest and Democratic Transition: Survey Evidence From 13 Post-Communist Countries. *European Journal of Political Research*, 43(3), 371-395.
- Hakansson, A., Schlyter, F., & Berglund, M. (2011). Associations Between Polysubstance use and Psychiatric Problems in a Criminal Justice Population in Sweden. *Drug and Alcohol Dependence*, 118(1), 5-11.
- Heinze, J. E., & Horn, S. S. (2009). Intergroup Contact and Beliefs about Homosexuality in Adolescence. *Journal of Youth Adolescence*, 38, 937–951.
- Henriques, S., Candeias, P., Silva, A. V. d., & Alves, T. (2010). *Trajectórias, da Dependência à Reintegração - Estudo de Trajectórias Sociais de Toxicodependentes Após Processo Terapêutico, Relatório I: CIES-IUL*.
- Hinckley, R. A. (2010). Personality and Political Tolerance: The Limits of Democratic Learning in Postcommunist Europe. *Comparative Political Studies*, 43(2), 188-207.
- Hooghe, M., Claes, E., Harell, A., Quintelier, E., & Dejaeghere, Y. (2010). Anti-Gay Sentiment Among Adolescents in Belgium and Canada: A Comparative Investigation into the Role of Gender and Religion. *Journal of Homosexuality*, 57(3), 384-400.
- Huddy, L., & Feldman, S. (2011). Americans Respond Politically to 9/11 - Understanding the Impact of the Terrorist Attacks and Their Aftermath. *American Psychologist*, 66(6), 455-467.
- Hurwitz, J., & Mondak, J. J. (2002). Democratic Principles, Discrimination and Political Intolerance. *British Journal of Political Science*, 32(1), 93-118.
- IDT. (2009). *Relatório Anual 2008 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Lisboa: IDT.
- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution - Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. New Jersey: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R., & Baker, W. E. (2000). Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, 65(19-51).
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2010). Changing Mass Priorities: The Link between Modernization and Democracy. *Perspectives on Politics*, 8(2), 551-567.
- Jelen, T. G., & Wilcox, C. (1990). Denominational Preference and the Dimensions of Political Tolerance. *Sociological Analysis*, 51(1), 69-81.
- Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschier, S., & Frey, T. (2008). *West European Politics in the Age of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kunovich, R. M., & Hodson, R. (1999). Religious Identity, and Ethnic Intolerance in Croatia. *Social Forces*, 78(2), 643-668.

- Lipset, S. M. (1959a). Democracy and Working-Class Authoritarianism. *American Sociological Review*, 24(4), 482-501.
- Lipset, S. M. (1959b). Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, 53(1), 69-105.
- Lipset, S. M. (1981). *Political Man: The Social Bases of Politics - Expanded and Updated Edition*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Machado, F. L., Costa, A. F. d., Mauritti, R., Martins, S. d. C., Casanova, J. L., & Almeida, J. F. d. (2003). Classes Sociais e Estudantes Universitários: Origens, Oportunidades e Orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.
- Marcus, G. E., Sullivan, J. L., Theiss-Morse, E., & Wood, S. L. (1995). *With Malice Toward Some: How People Make Civil Liberties Judgments*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Marujo, A., & Franco, J. E. (2009). Introdução. In A. Marujo & J. E. Franco (Eds.), *Dança dos Demónios - Intolerância em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Maslow, A. H. (1970). *Motivation and Personality, 2nd edition (original 1954)*. New York: Harper & Row.
- McClosky, H. (1964). Consensus and Ideology in American Politics. *The American Political Science Review*, 58(2), 361-382.
- Merino, S. M. (2010). Religious Diversity in a “Christian Nation”: The Effects of Theological Exclusivity and Interreligious Contact on the Acceptance of Religious Diversity. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 49(2), 231-246.
- Monteiro, M. B., França, D. X. d., & Rodrigues, R. (2009). The Development of Intergroup Bias in Childhood: How Social Norms Can Shape Children’s Racial Behaviours. *International Journal of Psychology*, 44(1), 29-39.
- Mueller, J. (1988). Trends in Political Tolerance. *The Public Opinion Quarterly*, 52(1), 1-25.
- Newton, K. (2004). Confiança Social - Abordagens Centradas no Indivíduo e na Comparação Entre Nações. In J. M. L. Viegas, A. C. Pinto & S. Faria (Eds.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes* (pp. 61-84). Oeiras: Celta.
- Noll, J. v. d., Poppe, E., & Verkuyten, M. (2010). Political Tolerance and Prejudice: Differential Reactions Toward Muslims in the Netherlands. *Basic and Applied Social Psychology*, 32(1), 46-56.
- Pateman, C. (1970). *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pattie, C. J., & Johnston, R. J. (2008). It’s Good to Talk: Talk, Disagreement and Tolerance. *British Journal of Political Science*(38), 677-698.
- Peffley, M., & Rohrschneider, R. (2003). Democratization and Political Tolerance in Seventeen Countries: A Multi-level Model of Democratic Learning. *Political Research Quarterly*, 56(3), 243-257.
- Peral, E. B., Ramos, A., & Pereira, C. R. (2011) "The Predictors of Tolerance in Europe: A Multilevel Approach", comunicação apresentada na conferência *Generating Tolerance and Social Cohesion: Comparative Perspectives on Interethnic Coexistence in the City*, FLUL 28 e 29 de Março de 2011, Lisboa.
- Pereira, A. d. S. L. S. (2009). *Normas Sociais, Crenças Sobre a Natureza da Homossexualidade e Preconceito Contra os Homossexuais, Tese de Doutoramento em Psicologia Social*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Persell, C. H., Green, A., & Gurevich, L. (2001). Civil Society, Economic Distress, and Social Tolerance. *Sociological Forum*, 16(2), 203-230.
- PNUD. (2010). Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, Edição do 20º Aniversário, A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano Retrieved from http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf
- Portes, A., & Landolt, P. (1996). Unsolved Mysteries: The Tocqueville Files II - The Downside of Social Capital. *The American Prospect*, 7(26), <http://prospect.org/article/unsolved-mysteries-tocqueville-files-ii-1#main-content>.
- Prothro, J. W., & Grigg, C. M. (1960). Fundamental Principles of Democracy: Bases of Agreement and Disagreement. *The Journal of Politics*, 22(2), 276-294.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Touchstone Book.
- Quillian, L. (1995). Prejudice as a Response to Perceived Group Threat: Population Composition and Anti-immigrant and Racial Prejudice in Europe. *American Sociological Review*, 60(4), 586-611.
- Ramos, A. O. (2011). *Human Values and Opposition Towards Immigration in Europe, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais*. Lisboa: ICS-UL.

- Reeves, R. (2009). Introduction: The New Utilitarianism. In S. Griffiths & R. Reeves (Eds.), *Well-Being: How to Lead the Good Life and What Government Should do to Help* (pp. 10-25). London: The Social Market Foundation.
- Roberts, N. S., Walsh, P., & Sullivan, J. (1985). Political Tolerance in New Zealand. *Journal of Sociology*, 21, 82-99.
- Rokeach, M. (1960). *The Open and the Closed Mind*. New York: Basic Books.
- Roldão, C. (2008). Testando Modelos de Operacionalização: Uma Análise Exploratória de Modelos de Operacionalização da Estrutura de Classes no Quadro do European Social Survey – Round 2 (2004). *CIES e-Working Paper*(55).
- Schuman, H., & Presser, S. (1977). Question Wording as an Independent Variable in Survey Analysis. *Sociological Methods & Research*, 6(2).
- Scott, J., & Marshall, G. (Eds.). (2005) Oxford Dictionary of Sociology. Oxford: Oxford University Press.
- Silva, F. C. d., Pérez, A. R., & Vieira, M. B. (2008). Classe e Cidade e Poder: Nova Classe Média, Valores Políticos e Cidades Globais. In M. V. Cabral (Ed.), *Cidade & Cidadania* (pp. 295-315). Lisboa: ICS.
- Silva, P. A. (2000). Imigração, "Minorias Étnicas" e Comunidade Cigana. In J. L. Garcia (Ed.), *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados, Dois Estudos Introdutórios* (pp. 75-108). Oeiras: Celta.
- Simmel, G. (2009). As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. In G. Simmel (Ed.), *Psicologia do Dinheiro e Outros Ensaio*s (pp. 79-97). Lisboa: Texto & Grafia.
- Smith, G. W., Farrell, M., Bunting, B. P., Houston, J. E., & Shevlin, M. (2011). Patterns of Polydrug Use in Great Britain: Findings From a National Household Population Survey. *Drug and Alcohol Dependence*, 113(2-3), 222-228.
- Sniderman, P. M. (1975). *Personality and Democratic Politics*. Berkeley: University of California Press.
- Sniderman, P. M., Tetlock, P. E., Glaser, J. M., Green, D. P., & Hout, M. (1989). Principled Tolerance and the American Mass Public. *British Journal of Political Science*, 19(1), 25-45.
- Sobral, J. M., & Vala, J. (2010). Introdução. In J. M. Sobral & J. Vala (Eds.), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (pp. 17-29). Lisboa: ICS.
- Sotelo, M. J. (1999). Gender Differences in Political Tolerance Among Adolescents. *Journal of Gender Studies*, 8(2), 211-217.
- Sotelo, M. J. (2000). Political Tolerance Among Adolescents Towards Homosexuals in Spain. *Journal of Homosexuality*, 39(1), 95-105.
- Stouffer, S. (1955). *Communism, Conformity and Civil Liberties*. New York: Doubleday.
- Strømsnes, K. (2008). The Importance of Church Attendance and Membership of Religious Voluntary Organizations for the Formation of Social Capital. *Social Compass*, 55(4), 478-496.
- Sullivan, J. L., Marcus, G. E., Feldman, S., & Piereson, J. E. (1981). The Sources of Political Tolerance: A Multivariate Analysis. *The American Political Science Review*, 75(1), 92-106.
- Sullivan, J. L., Piereson, J., & Marcus, G. E. (1982). *Political Tolerance and American Democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sullivan, J. L., & Transue, J. E. (1999). The Psychological Underpinnings of Democracy: a Selective Review of Research on Political Tolerance, Interpersonal Trust, and Social Capital. *Annual Review of Psychology*, 50, 625-650.
- Sullivan, J. L., Walsh, P., Shamir, M., Barnum, D. G., & Gibson, J. L. (1993). Why Politicians Are More Tolerant: Selective Recruitment and Socialization Among Political Elites in Britain, Israel, New Zealand and the United States. *British Journal of Political Science*, 23(1), 51-76.
- Svallfors, S. (2005). Class and Conformism: A Comparison of Four Western Countries. *European Societies*, 7(2), 255-286.
- Tönnies, F. (2004). Comunidade e Sociedade. In M. B. d. Cruz (Ed.), *Teorias Sociológicas - Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos) I Volume* (pp. 511-517). Lisboa: Gulbenkian.
- UNDP. (1990). Human Development Report 1990 Retrieved from <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/chapters/>
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa: ICS.
- Vala, J., & Costa-Lopes, R. (2010). Youth Attitudes Toward Difference and Diversity: A Cross-National Analysis. *Análise Social*, XLV(195), 255-275.
- Vala, J., Lima, M., & Lopes, D. (2003). Valores Sociais, Preconceito e Solidariedade Relativamente a Grupos Racializados e Imigrantes. In J. Vala, M. V. Cabral & A. Ramos (Eds.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 391-427). Lisboa: ICS.
- Vala, J., Pereira, C., Costa-Lopes, R., & Deschamps, J.-C. (2010). Atitudes Face à Imigração e Identidade Nacional. In J. M. Sobral & J. Vala (Eds.), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (pp. 191-210). Lisboa: ICS.

- Vaz, M. J. (2001). Introdução. In M. Pinheiro, L. V. Baptista & M. J. Vaz (Eds.), *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades* (pp. 79-83). Oeiras: Celta.
- Viegas, J. M. L. (2004). Tolerância e Democracia: O Caso Português Numa Prespectiva Comparativa Europeia. In J. M. L. Viegas, A. C. Pinto & S. Faria (Eds.), *Democracia: Novos Desafios e Novos Horizontes* (pp. 99-122). Oeiras: Celta.
- Viegas, J. M. L. (2007). Political and Social Tolerance. In J. V. Deth, J. R. Montero & A. Westthom (Eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies*. London: Routledge.
- Viegas, J. M. L. (2010). Tolerância Política em Portugal e Espanha. In J. M. L. Viegas, S. Santos & S. Faria (Eds.), *A Qualidade da Democracia em Debate: Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp. 89-105). Lisboa: Mundos Sociais.
- Weber, L. (2003). Rugged Individuals and Social Butterflies: The Consequences of Social and Individual Political Participation for Political Tolerance. *The Social Science Journal*, 40(2), 335-342.
- West, S. G., Aiken, L. S., & Krull, J. L. (1996). Experimental Personality Designs: Analyzing Categorical by Continuous Variable Interactions. *Journal of Personality*, 64(1), 1-48.
- Wilcox, C., & Jelen, T. (1990). Evangelicals and Political Tolerance. *American Politics Research*, 18(1), 25-46.
- Williams, J. A. J., Nunn, C. Z., & Peter, L. S. (1976). Origins of Tolerance: Findings from a Replication of Stouffer's Communism, Conformity, and Civil Liberties. *Social Forces*, 55(2), 394-408.
- Wilson, T. C. (1985). Urbanism and Tolerance: A Test of Some Hypotheses Drawn from Wirth and Stouffer. *American Sociological Review*, 50(1), 117-123.
- Wirth, L. (1938). Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, 44(1), 1-24.
- Woods, J. (2010). The 9/11 Effect: Toward a Social Science of the Terrorist Threat *The Social Science Journal*, 48(1), 213-233.
- Yip, A. K. T. (2005). Queering Religious Texts: An Exploration of British Non-heterosexual Christians' and Muslims' Strategy of Constructing Sexuality affirming Hermeneutics. *Sociology*, 39(1), 47-65.
- Zellman, G. L., & Sears, D. O. (1971). Childhood Origins of Tolerance for Dissent. *Journal of Social Issues*, 27(2), 109-136.

ANEXOS

A. Validação da estrutura latente da intolerância e validação da equivalência do modelo

Foi corrida uma Análise de Componentes Principais (ACP) com rotação *Varimax* (Marôco, 2010 cap.9) à base total do EVS. Uma vez que os quinze itens não foram aplicados de forma igual em todos os países que participaram no estudo, o item muçulmanos não foi aplicado no Azerbaijão, e a questão referente ao grupo dos cristãos não foi aplicada nos seguintes países: Áustria, Bielorrússia, Dinamarca, Itália, Noruega e Eslovénia. Por conseguinte, optou-se por retirar da análise os questionários aplicados no Azerbaijão e o item cristãos. A ACP teve como objetivo identificar fatores latentes, reduzindo o número de variáveis, facilitando a análise (Bollen, 2002). De acordo com o critério de *Kaiser* foram extraídas três componentes. Uma primeira componente agrega maioritariamente grupos étnicos e religiosos; numa segunda, grupos desviantes/estigmatizados; uma terceira componente isola as duas categorias de extremistas políticos.

Quadro A.1: Principais componentes da intolerância social na Europa

Grupos	Componentes		
	Minorias étnicas e religiosas	Grupos desviantes ou estigmatizados	Extremistas políticos
Trabalhadores imigrantes	0,74	0,17	0,08
Pessoas de outra raça	0,73	0,07	0,18
Judeus	0,71	0,19	0,07
Famílias numerosas	0,66	-0,09	0,12
Muçulmanos	0,64	0,16	0,06
Ciganos	0,46	0,34	0,06
Toxicodependentes	-0,11	0,76	0,09
Alcoólicos	-0,04	0,69	0,21
Pessoas com passado criminal	0,11	0,67	0,07
Homossexuais	0,32	0,66	-0,05
Pessoas com SIDA	0,38	0,65	-0,04
Pessoas desequilibradas	0,24	0,56	0,09
Extremistas de direita	0,14	0,09	0,91
Extremistas de esquerda	0,24	0,18	0,86
Variância explicada (%)	31,40	13,42	9,99

Uma vez que a ACP é uma técnica exploratória, uma segunda fase consistiu em validar a estrutura das variáveis latentes através de uma análise fatorial confirmatória num modelo de equações estruturais (Byrne, 2010). Este processo deu-se em duas fases. Primeiramente foram

testados diversos modelos até se obter uma estrutura com medidas de ajustamento satisfatórias. Em segundo lugar, testou-se a equivalência dessa mesma estrutura numa análise multi-grupos. Em estudos *cross-cultural* com variáveis latentes a validação da sua equivalência é um pressuposto. Uma vez que só assim é viável a comparação entre grupos (Ramos, 2011 pp.83-85).

Tomaram-se como indicadores de ajustamento do modelo o CFI, o AGFI e o RMSEA. O CFI varia entre 0 e 100 sendo desejado que seja o mais elevado possível, na bibliografia existe algum debate entre considerar o *cut-point* os 0,90 ou os 0,95 (Byrne, 2010 p.78). O AGFI varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1 melhor o ajustamento do modelo (Byrne, 2010 p.77). Já no RMSEA valores mais baixo significam melhor ajustamento do modelo sendo considerados bons valores abaixo 0,05 e razoáveis valores até 0,08 (Byrne, 2010 p.80).

O primeiro modelo (figura A.1) reproduz a estrutura obtida na análise de componentes principais. Este modelo não apresenta medidas de ajustamento satisfatórias. Num segundo modelo (figura A.2) foi retirado o item “famílias numerosas” no fator minorias étnicas e religiosas por não ser teoricamente muito congruente com os restantes itens no fator. O fator extremistas políticos também foi retirado, uma vez que quando analisados isoladamente, diversas das hipóteses não se verificam, sendo proposto que no caso dos extremistas políticos, estas variáveis estejam a operacionalizar mais simpatia do que tolerância face ao grupo-alvo (Candeias, 2012). A qualidade de ajustamento do modelo foi melhorada. No terceiro modelo (figura A.3) foi retirado da componente das minorias étnicas e religiosas os grupos religiosos judeus e muçulmanos. O fato de países como Albânia, Geórgia, Turquia, e Kosovo serem países de cultura religiosa muçulmana¹⁹ poderia estar a confundir o modelo. Assim, este fator passou a contemplar apenas minorias étnicas. No entanto, as medidas de ajustamento não melhoraram. Num quarto modelo (figura A.4) foi retirado o fator pessoas desequilibradas por não ser muito congruente em termos teóricos com os restantes itens do fator. O estatuto do item “ciganos” foi alterado para entrar em *crossloading* no fator das minorias étnicas e no fator dos grupos desviantes e estigmatizados. Foi também criado um novo fator composto pelo item “toxicodependentes” e “alcoólicos”. De acordo com os critérios expostos anteriormente e os resultados do quadro A.2, o quarto modelo apresenta valores que cumprem estes critérios.

¹⁹ Países que de acordo com os dados do EVS têm como resposta mais frequente à questão da confissão religiosa a religião muçulmana

Figura A.1: Modelo 1

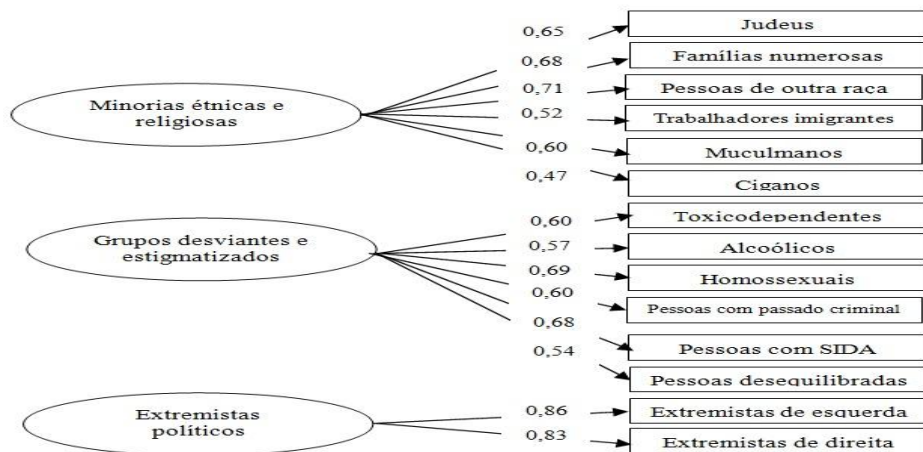


Figura A.2: Modelo 2

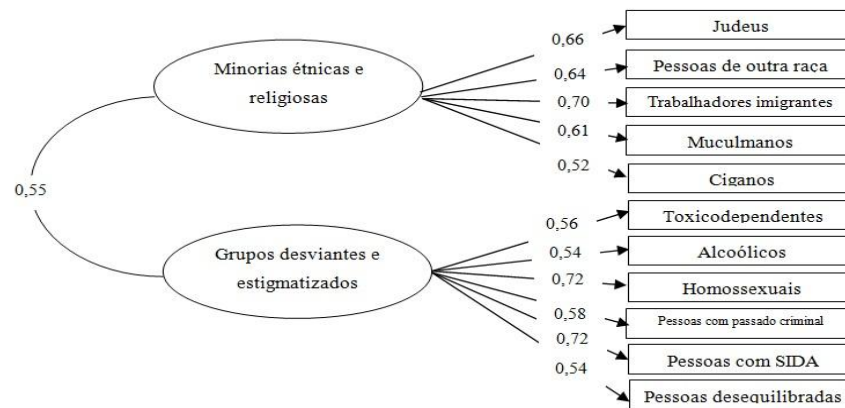


Figura A.3: Modelo 3

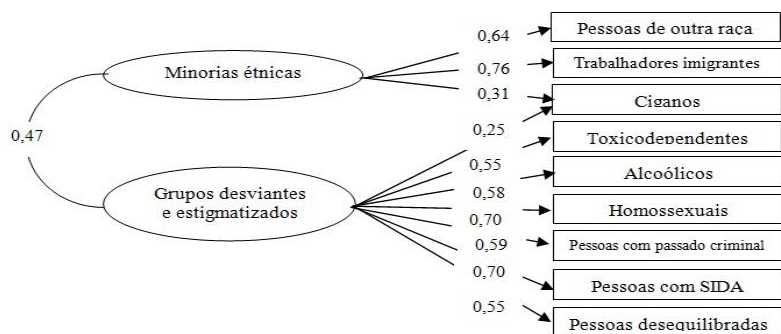
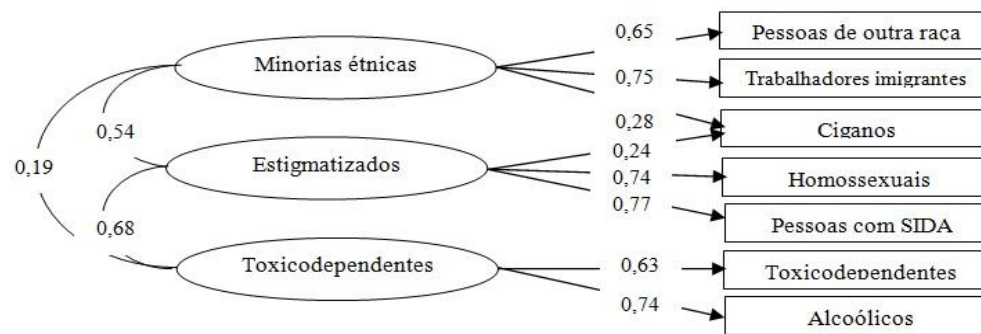


Figura A.4: Modelo 4



Nota: análises fatoriais calculadas com a base total

Quadro A.2: Comparação das medidas de ajustamento entre modelos

	χ^2	g.l.	CFI	AGFI	RMSEA
Modelo 1	46779,97	78	0,821	0,864	0,097
Modelo 2	15214,23	43	0,901	0,913	0,082
Modelo 3	12270,63	25	0,909	0,917	0,088
Modelo 4	235,91	10	0,974	0,968	0,062

A segunda etapa passou por validar a qualidade do ajustamento da estrutura fatorial nos diversos países em análise. Os países foram agrupados de acordo com o critério geográfico das Nações Unidas²⁰ tendo sido isolados os países da ex-URSS e os países da Europa do Sul segmentados em Países Mediterrâneos e Balcãs (quadro A.3). As medidas de ajustamento do quarto modelo foram testadas nestas agregações de países. Tendo em conta os critérios anteriormente expostos, em todos os grupos de países o CFI é superior a 0,9, o AGFI assume valores entre 0,945 e 0,978 e no RMSEA apenas o grupo dos países da ex-URSS apresenta valores perto do *cut-point*.

Quadro A.3: Agregação de países

Mediterrâneos	Balcãs	Europa Ocidental	Europa do Norte	Europa de Leste	Ex-URSS	Ásia Ocidental
Espanha	Albânia	Alemanha	Dinamarca	Bulgária	Armênia	Chipre
Grécia	Bósnia-Herzegovina	Áustria	Finlândia	Eslováquia	Bielorrússia	Chipre do Norte
Itália	Croácia	Bélgica	Irlanda	Hungria	Estónia	Turquia
Portugal	Eslovénia	França	Islândia	Polónia	Geórgia	
	Kosovo	Holanda	Noruega	República Checa	Letónia	
	Macedónia	Luxemburgo	Reino Unido	Romênia	Lituânia	
	Malta	Suíça	Suécia		Moldávia	
	Montenegro				Rússia	
	Sérvia				Ucrânia	

Quadro A.4: Equivalência do modelo

	χ^2	CFI	AGFI	RMSEA
Países Mediterrâneos	235,91	0,974	0,968	0,062
Balcãs	379,83	0,981	0,976	0,054
Europa Ocidental	356,59	0,975	0,973	0,057
Europa do Norte	226,81	0,977	0,978	0,051
Europa de Leste	200,66	0,983	0,982	0,047
Ex-URSS	871,88	0,949	0,945	0,083
Ásia Ocidental	193,62	0,981	0,960	0,070

²⁰ Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm>

B. Preditores

Quadro B.1: Preditores contextuais

Conceito	Indicador	Fonte	Website	Notas
Modernização	Índice de Desenvolvimento Humano	<i>United Nations Development Programme</i>	http://hdr.undp.org/en/	Multiplicado por 100 devido à reduzida amplitude
Democratização	Longevidade da democracia	<i>International Institute for Democracy and Electoral Assistance</i>	http://www.idea.int/vt/	Subtraído o ano em que foram realizadas as primeiras eleições no país ao ano de aplicação do inquérito (2008)
	Índice de liberdade	<i>Freedom House</i>	http://www.freedomhouse.org/	Invertido para facilidade de interpretação (1 não livre, 2 parcialmente livre, 3 livre)
Sentimento de ameaça	Taxa de homicídios	<i>United Nations Development Programme</i>	http://hdr.undp.org/en/	

Quadro B.2: Preditores sociodemográficos

Preditor	Nº na base de dados	Pergunta no questionário	Explicação da variável compósita (quando existente)	Valores dos itens	Notas
Sexo	V302	Sexo		1 - Homem 0 - Mulher	
Idade	V303	Ano de nascimento			Subtraído o ano de nascimento a 2008
Escolaridade	V336	Qual foi o nível de escolaridade mais elevado que completou?		0 : <i>Pre-primary education or none education</i> 6 : <i>Second stage of tertiary education</i>	Codificado de acordo com a <i>International Standard Classification of Education</i>
Religiosidade	V109	Sem contar com casamentos, funerais e baptizados, com que frequência vai, actualmente, à Igreja?		1 - Mais que uma vez por semana 7 - Nunca ou praticamente nunca	Escala posteriormente invertida para facilidade de interpretação
Pertença a grupos minoritários	V306	Nasceu em [país]?		1 - Imigrante 0 - Autóctone	
<i>Habitat</i>	V370	Dimensão do aglomerado		1 - Menos de 2000 8 - 5000000 e mais	
Classe social	V337, V340, V339ISCO	Ver explicação em anexo C		1 - Proletariado 0 - Burguesia e pequena burguesia	

Quadro B.3: Preditores de valores, orientações e práticas políticas

Preditor	Nº na base de dados	Pergunta no questionário	Explicação da variável composta (quando existente)	Valores dos itens	Notas
Valores materialistas/pós-materialistas	V201-V202	Fala-se muito nos objectivos que Portugal deverá alcançar nos próximos 10 anos. Se tivesse que escolher, qual dos seguintes objectivos consideraria o mais importante?	Quando responde “Manter a ordem no país” e “Combater o aumento dos preços” = 1; quando responde “Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do Governo” e “Defender a liberdade de expressão” = 3; restantes combinações =2	1 - Materialistas	
				2 - Mistos	
				3 - Pós-materialistas	
Auto-posicionamento no eixo esquerdo/direita	V193	Em política as pessoas falam de esquerda e direita. Como se situaria, quanto às suas posições políticas, nesta escala em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?		1 - Esquerda 10 - Direita	
Participação em discussões políticas	V7	Quando está com pessoas amigas, com que frequência discute assuntos políticos: frequentemente, raramente ou nunca?		1 - Frequentemente	Invertida para facilidade de interpretação
				2 - Raramente	
				3 - Nunca	
Participação política extraeleitoral	V187 a V191	Para cada uma das diferentes formas de acção política que a seguir lhe vou ler, gostava que me dissesse se alguma vez fez, se não fez, mas admite fazer ou se não fez e não admite fazer em qualquer circunstância” 1 - Assinar uma petição ou um abaixo-assinado; 2 - Participar em boicotes; 3 - Participar em manifestações legais; 4 - Participar em greves não legais; 5 - Ocupar edifícios ou fábricas	Foi seguido o índice proposto por Gérin et al. (2004). Às respostas “sim, já fez” foi atribuído 2 pontos, ao “não fez mas admite fazer” 0,5 pontos e ao “não fez e não admite fazer” 0 pontos, o índice é um somatório das recodificações	0 - Participação política extraeleitoral nula	
				10 - Participação política extraeleitoral máxima	

(cont)

Patriotismo	V256	Sente orgulho em ser cidadão de [país]?		1 - Muito orgulho	Escala posteriormente invertida para facilidade de interpretação
				4 - Nenhum orgulho	
Suporte à democracia	V230 a V232	Vou ler-lhe algumas opiniões que as pessoas têm sobre o sistema político democrático. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com cada uma delas 1. Em democracia o sistema económico funciona mal 2. Em democracia há muitas indecisões e conflitos 3. Em democracia é difícil manter a ordem (opções de resposta em escala tipo <i>Likert</i> de 1 concordo totalmente e 4 discordo totalmente)	Índice com a média das respostas às 3 questões	1 - Suporte à democracia mínimo 4 - Suporte à democracia máximo	
Suporte ao multiculturalismo	V273	Em relação às afirmações que se seguem, indique, por favor, em que ponto da escala se situa a sua opinião pessoal?		1 - É melhor, para o bem da sociedade, que os imigrantes mantenham os seus costumes e tradições. (suporte ao multiculturalismo)	Escala posteriormente invertida para facilidade de interpretação
				10 - É melhor, para o bem da sociedade, que os imigrantes não mantenham os seus costumes e tradições, mas que adoptem os costumes do país. (suporte à assimilação)	

Quadro B.4: Preditores de capital social

Preditor	Nº na base de dados	Pergunta no questionário	Explicação da variável compósita (quando existente)	Valores dos itens	Notas
Participação associativa	V28 a V43	Da seguinte lista de organizações e actividades voluntárias diga: Aquela(s) para que trabalha, actualmente, como voluntário(a) / não pago: 1) Serviços sociais para idosos, deficientes ou pessoas incapacitadas; 2) Organizações religiosas ou ligadas à Igreja; 3) Educação, artes, música ou actividades culturais; 4) Sindicato; 5) Partidos ou grupos políticos; 6) Acções comunitárias locais de apoio à pobreza, ao emprego, ao alojamento, à igualdade racial; 7) Desenvolvimento do Terceiro Mundo ou Direitos Humanos; 8) Património, ambiente, ecologia, direitos dos animais; 9) Associações profissionais; 10) Trabalho com/para jovens (por ex., escuteiros, guias, clubes de jovens, etc.); 11) Desporto e recreio; 12) Grupos femininos; 13) Movimentos para a Paz; 14) Organizações voluntárias para promover a Saúde; 15) Outros grupos	Índice que conjuga a soma das respostas à pergunta sobre se trabalha ativamente como voluntário para um conjunto de 15 tipos de grupos, associações e organizações. A cada resposta afirmativa foi atribuído 1 ponto, o índice consiste no somatório das 15 variáveis.	0 - Participação associativa nula	
				15 - Participação associativa máxima	
Confiança interpessoal	V62	De uma forma geral, acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, acha que todo o cuidado é pouco?		1 - Pode-se confiar na maioria das pessoas	V62 com escala invertida e recodificada em 0 e 1, v63 uniformizada para variar entre 0 e 1, criado um índice com a média das duas variáveis.
				2 - Todo o cuidado é pouco	
	V63	Em que medida acha que a maior parte das pessoas tentam aproveitar-se de si sempre que podem, ou pensa que são honestas?	1 - Tentam aproveitar-se de mim		
				10 - São honestas	

Quadro B.5: Preditores psicossociais

Preditor	Nº na base de dados	Pergunta no questionário	Explicação da variável compósita (quando existente)	Valores dos itens	Notas
Bem-estar subjetivo	V8	Considerando todos os aspectos da sua vida diria que é muito feliz, feliz, pouco feliz ou nada feliz?		1 - Muito feliz 4 - Nada feliz	V8 Invertida a escala para facilidade de interpretação, v66 uniformizada para 4 pontos. Criado índice com a média das duas variáveis.
	V66	Considerando todos os aspectos da sua vida, qual o grau de satisfação que sente actualmente?		1 - Insatisfeito 10 - Satisfeito	
Dogmatismo	V104	<p>“Estão aqui três afirmações que as pessoas algumas vezes usam quando discutem sobre o bem e o mal.Com qual das afirmações está mais de acordo?”</p> <p>1 - Há forma de sabermos, com toda a clareza e segurança, onde está o bem e o mal. E isso aplica-se a todas as pessoas quaisquer que sejam as circunstâncias.</p> <p>2 - Há forma de sabermos, com toda a clareza e segurança, onde está o bem e o mal. Contudo, um desvio destas orientações sobre o bem e o mal é, por vezes justificado em circunstâncias especiais.</p> <p>3 - Não há meios seguros para sabermos onde está o bem e o mal. O bem e o mal dependem das circunstâncias de cada momento</p>		1 - Dogmatismo máximo 3 - Dogmatismo nulo	Escala posteriormente invertida para facilidade de interpretação
Conformismo	V170, V174, V180	Da seguinte lista fazem parte uma série de qualidades que podem ser ensinadas às crianças em casa. Diga quais as que considera particularmente importantes: 1 - Ser obediente 2 - Ter boas maneiras 3 - Ter imaginação	Replicada a operacionalização de Peffley & Rohrschneider (2003 p.254), somatório de três itens recodificados com a seguinte pontuação: “ser obediente” e “ter boas maneiras” (1 ponto) “ter imaginação” (-1 ponto)	-1 - Conformismo mínimo	
				2 - Conformismo máximo	

C. Construção do indicador individual de classe social

Dada a natureza dos dados recorreu-se a uma construção do indicador individual de classe de acordo com a tipologia ACM semelhante à utilizada em Machado et al. (2003) que conjuga as variáveis profissão e situação na profissão, sendo esta última uma variável de três categorias.

Para a variável profissão utilizou-se a classificação *International Standard Classification of Occupations* (ISCO 88) desenvolvida pela *International Labour Organization* (ILO) trabalhada para o presente caso como equivalente à Classificação Nacional das Profissões. Para obter a situação na profissão foi criada uma nova variável com base no cruzamento entre duas variáveis:

1. (v337) “Tem actualmente um trabalho remunerado? Qual das seguintes situações se aplica à sua condição perante o trabalho?” tendo sido recodificadas as respostas em 2 – trabalhador contra própria/1 outras situações (considerado trabalhador por conta de outrem);
2. (v340) aplicada apenas aos trabalhadores por conta própria “Quantos empregados tem/teve?” – recodificada em 1 nenhum/ 2 mais que um/3 outras situações.

Quadro C.1: Matriz de construção da variável situação na profissão

v337	v340	Situação na profissão
1 - Outras situações (trabalhadores por conta de outrem)	3 – Outras situações	3 - Trabalhador por conta de outrem
2 - Conta própria	1 - Nenhum empregado	2 - Trabalhador por conta própria sem empregados
	2 - 2 ou mais empregados	1 - Patrões

Quadro C.2: Matriz de construção do indicador individual de classe social ACM

ISCO 88		1- Patrões	2 – Emp. conta própria	3 – Trab. por conta de outrem
1 - Legislators, senior officials & managers		EDL	EDL	EDL
2 - Professionals		EDL	EDL	PTE
3 - Technicians and associated professionals		EDL	EDL	PTE
4 - Clerks		EDL	TI	EE
5 - Service workers & shop & market sales workers		EDL	TI	EE
6 - Skilled agricultural & fishery workers		EDL	AI	AA
7 - Craft and related trades workers		EDL	TI	OI
8 - Plant & machine operators & assemblers		EDL	TI	OI
9 - Elementary occupations	91 - Sales & services elementary occupations	EDL	TI	EE
	92 - Agricultural, fishery etc labourers	EDL	AI	AA
	93 - Labourers in mining, construction, manufacturing & transport	EDL	TI	OI

Legenda:

EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais

PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento

TI - Trabalhadores Independentes

AI - Agricultores Independentes

EE - Empregados Executantes

OI - Operários Industriais

AA - Assalariados Agrícolas

Uma vez que o objetivo principal era testar a hipótese da intolerância no proletariado esta tipologia foi agregada em três categorias mais gerais: burguesia, pequena-burguesia e proletariado, seguindo o critério presentes em Almeida et al. (1988) e atualizado em Roldão (2008 p.13).

Quadro C.3: Agregação da tipologia de classe social ACM

Burguesia	Pequena burguesia	Proletariado
EDL	PTE, TI, AI, EE	AA, OI

D. Distribuição geográfica da intolerância na Europa

Figura D.1: Intolerância geral na Europa



Figura D.4: Intolerância face a minorias étnicas na Europa



Figura D.2: Intolerância face a grupos estigmatizados na Europa



Figura D.3: Intolerância face a toxicod dependentes na Europa



E. Medidas descritivas

Quadro E.1: Medidas descritivas dos preditores por grupos de países, médias (desvios-padrão)

Variáveis (amplitude)	Países Mediterrâneos	Balcãs	Europa Occidental	Europa do Norte	Europa de Leste	Ex-URSS	Ásia Occidental
Idade	45,18(17,58)	44,19(17,26)	47,99(18,11)	46,40(17,75)	46,06(17,92)	45,01(17,79)	41,93(16,75)
Escolaridade (1-6)	2,54(1,51)	2,91(1,29)	3,19(1,31)	3,37(1,36)	3,06(1,06)	3,53(1,21)	2,06(1,54)
Religiosidade (1-7)	3,71(1,95)	3,81(1,91)	2,71(1,88)	2,78(1,84)	3,53(1,99)	3,40(1,68)	4,07(2,04)
Pertença a grupos minoritários (imigrantes) (%)	8,26	5,98	15,22	7,85	1,47	8,67	8,82
<i>Habitat</i> (nº de habitantes) ²¹	162.144 (293.700)	148.225 (289.473)	118.552 (244.707)	151.653 (267.971)	164.329 (297.674)	271.697 (370.785)	201.317 (291.018)
Classe social (proletariado) (%)	28,23	28,64	21,17	17,57	37,86	32,83	29,24
Pós-materialistas (%)	12,64	7,40	16,62	17,38	6,84	5,43	8,48
Auto-posicionamento esquerda-direita (1-10)	5,05(2,15)	5,35(2,50)	5,14(1,94)	5,55(2,06)	5,52(2,23)	5,84(2,09)	5,77(2,60)
Participação em discussões sobre política (1-3)	1,85(0,69)	1,78(0,63)	1,94(0,64)	1,91(0,65)	1,78(0,61)	1,93(0,64)	1,72(0,66)
Participação política extraeleitoral (1-10)	2,27(2,26)	2,17(2,12)	2,86(2,20)	3,02(2,09)	1,22(1,62)	1,11(1,57)	1,13(1,69)
Patriotismo (1-4)	3,48(0,70)	3,35(0,79)	3,19(0,74)	3,47(0,67)	3,23(0,72)	3,21(0,80)	3,63(0,64)
Suporte ao multiculturalismo (1-10)	5,68(2,56)	5,87(2,99)	4,88(2,63)	4,64(2,47)	5,89(2,82)	5,56(2,92)	5,94(3,03)
Suporte à democracia (1-4)	2,85(0,53)	2,87(0,56)	2,89(0,56)	3,00(0,54)	2,64(0,59)	2,69(0,60)	2,85(0,61)
Participação associativa (0-15)	0,36(1,05)	0,43(1,79)	0,59(1,18)	0,56(1,13)	0,27(0,90)	0,21(0,69)	0,20(0,73)
Índice de confiança interpessoal (0-1)	0,38(0,28)	0,34(0,28)	0,52 (0,30)	0,63(0,31)	0,36(0,28)	0,42(0,29)	0,25(0,23)

²¹ Média calculada com base no centro de classe

(cont.)

Índice de bem-estar subjetivo (1-4)	3,09(0,55)	3,07(0,60)	3,25(0,55)	3,34(0,52)	2,97(0,60)	2,84(0,59)	3,00(0,76)
Dogmatismo (1-3)	1,97(0,80)	2,10(0,82)	1,76(0,74)	1,68(0,76)	1,92(0,81)	1,91(0,80)	2,05(0,86)
Conformismo (-1-2)	0,91(0,75)	0,96(0,76)	0,80(0,80)	0,75(0,83)	0,87(0,72)	0,82(0,73)	1,07(0,76)
Índice de Desenvolvimento Humano (0-1)	0,84(0,03)	0,76(0,05)	0,87(0,02)	0,89(0,03)	0,79(0,04)	0,73(0,06)	0,74(0,10)
Longevidade da democracia	39,75(14,86)	16,44(17,81)	61,86(1,46)	62,00(1,41)	25,00(17,66)	15,89(1,83)	33,67(26,76)
Índice de liberdades democráticas (1-3)	3,00(0,00)	2,67(0,58)	3,00(0,00)	3,00(0,00)	3,00(0,0)	2,14(0,90)	2,50(0,71)
Taxa de homicídio % ₀₀₀	1,10(0,14)	2,19(1,27)	1,10(0,48)	2,03(1,52)	1,82(0,43)	6,73(3,31)	1,95(1,34)

Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido / Nome próprio **Candeias, Pedro**
Morada Rua Oliveira Cadornega, 52, 7ºesq, 1950-212, Lisboa
Correio eletrónico pedromecandeias@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 29.01.79

Experiência profissional

Datas Desde Julho de 2009
Função ou cargo ocupado Assistente de investigação
Nome e morada do empregador Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL

Datas De Setembro de 2008 até Julho de 2009
Função ou cargo ocupado Técnico assistente de estudos de mercado online quantitativos (6 meses em regime de estagiário)
Nome e morada do empregador Elogia Ipsosfacto Portugal

Educação e formação

Datas Desde Setembro 2010
Designação da qualificação atribuída Frequência do Mestrado em Sociologia, ramo Investigação
Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional 17,25 valores, 72 ECTS (componente curricular)

Datas 2008
Designação da qualificação atribuída Licenciatura em Sociologia
Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE
Nível segundo a classificação nacional ou internacional 15,1 valores, 180 ECTS

Cursos de especialização	
Datas	Julho de 2012
Designação da qualificação atribuída	4ª Escola de Verão em Métodos Avançados de Análise de Dados: Análise Multinível
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, ICS-UL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	5 ECTS
Datas	Julho de 2012
Designação da qualificação atribuída	Escola de Verão 2012: Análise Estatística em Ciências Sociais com R
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, FCSH-UNL
Datas	Julho de 2011
Designação da qualificação atribuída	3ª Escola de Verão em Métodos Avançados de Análise de Dados: Modelos de Equações Estruturais
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, ICS-UL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	5 ECTS
Datas	Julho de 2011
Designação da qualificação atribuída	Escola de Verão 2011: <i>ArcGIS</i> – Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, FCSH-UNL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	19 valores, 2 ECTS
Datas	Julho de 2010
Designação da qualificação atribuída	2ª Escola de Verão em Métodos Avançados de Análise de Dados: Análise de Efeitos Mediados e Moderados
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, ICS-UL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	5 ECTS

Datas	Julho de 2010
Designação da qualificação atribuída	2ª Escola de Verão de Análise de Redes Sociais
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, ICS-UL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	5 ECTS
Datas	Outubro de 2009
Designação da qualificação atribuída	4ª Edição do Seminário de Especialização em Análise de Conteúdo Assistida por Computador
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	15 valores, 6 ECTS
Participação em projetos de investigação	
Datas	Desde Fevereiro 2010
Função ou cargo ocupado	Bolseiro de Investigação Científica
Projeto	Trajelórias, da dependência à reintegração – estudo de trajetórias sociais de toxicodependentes após processo terapêutico, coordenado por Susana Henriques
Datas	De Outubro 2009 a Junho de 2010
Função ou cargo ocupado	Assistente de Investigação
Projeto	Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante e identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município de Sesimbra, coordenado por Manuela Mendes
Instituição	CIES/ISCTE-IUL
Datas	De Julho de 2009 a Junho de 2010
Função ou cargo ocupado	Assistente de Investigação
Projeto	Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante e identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município de Oeiras, coordenado por Manuela Mendes
Instituição	CIES/ISCTE-IUL

Datas	2006
Função ou cargo ocupado	Inquiridor
Projeto	Turismo étnico: uma oportunidade para os imigrantes e um 'new deal' para as cidades?, coordenado por M. Margarida Marques
Instituição	SociNova
Publicações	
Livros	
Título	Mendes, Manuela (coord.), Pedro Brígido e Pedro Candeias (2011), <i>Diagnóstico da população imigrante no concelho de Oeiras: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local</i> , Lisboa, ACIDI, 300 pp. ISBN 978-989-685-032-6 (disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/CoI%20Portugal%20Imigrante/14.Oeiras.VF.pdf).
Título	Mendes, Manuela (coord.), Pedro Brígido e Pedro Candeias (2011) <i>Diagnóstico da população imigrante no concelho de Sesimbra: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local</i> , Lisboa, ACIDI, 292 pp. ISBN 978-989-685-036-4 (disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/CoI%20Portugal%20Imigrante/19.Sesimbra.VF.pdf).
Artigos em revistas científicas	
Título	Mendes, Manuela e Pedro Candeias (no prelo, aceite segunda revisão) "Immigrant Perceptions of Ethnic and Racial Discrimination in a council of Lisbon Metropolitan Area (LMA)", <i>International Review of Sociology</i> .
Artigos em atas de encontros científicos	
Título	Mendes, Maria Manuela e Pedro Candeias (2011) "Immigrant's perceptions about ethnic and racial discrimination: patterns and singularities in Lisbon metropolitan area (IMA)". in F. J. García Castaño y N. Kressova, (coords.). <i>Actas del I Congreso Internacional sobre Migraciones en Andalucía</i> (pp. 2277-2288), Granada: Instituto de Migraciones. ISBN: 978-84-921390 (disponível em http://migraciones.ugr.es/congreso2011/libroacta/Mesa21/008_MendesCandeias.pdf)
Título	Candeias, Pedro (2011), "From Oeiras to the world – práticas transnacionais de imigrantes em Oeiras", <i>SICYUrb. Second International Conference Of Young Urban Researchers</i> (disponível em http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/162/9)
Relatórios de pesquisa	
Título	Henriques, Susana (coord.), Pedro Candeias, Alexandre Vianna da Silva e Tatiana Alves (2010), <i>Trajectórias, da dependência à reintegração - estudo de trajectórias sociais de toxicodependentes após processo terapêutico, Relatório I</i> , CIES-IUL, 33 pp.
Título	Mendes, Manuela (coord.), Pedro Brígido e Pedro Candeias (2010), <i>Estudo de Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento do Município de Oeiras</i> , Relatório de pesquisa, CIES/ISCTE-IUL, 305 pp.

	Título	Mendes, Manuela (coord.), Pedro Brígido e Pedro Candeias (2010), <i>Estudo de Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento do Município de Sesimbra</i> , Relatório de pesquisa, CIES/ISCTE-IUL, 314 pp.
	Título	Mendes, Manuela (coord.), Pedro Brígido e Pedro Candeias (2010), <i>Estudo de Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento do Município de Oeiras</i> , Relatório intercalar, CIES/ISCTE-IUL, 69 pp.
	Título	Mendes, Manuela (coord.), Pedro Brígido e Pedro Candeias (2010), <i>Estudo de Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento do Município de Sesimbra</i> , Relatório intercalar, CIES/ISCTE-IUL, 56 pp.
	Recensões de livros	
	Título	Candeias, Pedro (2012) recensão de Machado, Fernando Luís, Cristina Roldão e Alexandre Silva (2011) <i>Vidas Plurais. Estratégias de Integração de Imigrantes Africanos em Portugal</i> , Lisboa, Tinta-da-China. (disponível em http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=publications&lang=pt&id=113)
	Comunicações em encontros científicos	
	Título	“Tolerância social e valores sociais: uma exploração de modelos explicativos”, VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal (19/06/2012-22/06/2012).
	Título	“Discriminação percebida por imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa: elementos de comparação entre dois concelhos” (com Manuela Mendes), VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal (19/06/2012-22/06/2012).
	Título	“Consumo de drogas, tratamento e reinserção” (com Susana Henriques), VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal (19/06/2012-22/06/2012).
	Título	“Tolerância social face a extremistas políticos na Europa: tendências e preditores”, VI Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Universidade Técnica de Lisboa, Portugal (01/03/2012-03/03/2012).
	Título	“Estudos científicos como contributo para políticas mais eficientes e eficazes – Horizonte 2014 - O Trabalho em Rede” (com Cristina Lopes), Novo Impulso - Comunidades Terapêuticas: Resposta Essencial ao Sucesso do tratamento das Adições, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal (15/12/2011-16/12/2011) (a convite).
	Título	“From Oeiras to the world – práticas transnacionais de imigrantes em Oeiras”, SICYUrb. Second International Conference Of Young Urban Researchers, ISCTE-IUL, Lisbon, Portugal (11/10/2011-14/10/2011).

Título	“The difference between us in a therapeutic community: comparing Portuguese and foreign users social characteristics and patterns of consumption” (com Susana Henriques), ESSD (European Society of Social Drug Research) 22 nd annual conference, Aarhus University, Aarhus, Denmark (22/09/2011-24/09/2011).
Título	“Pathways to social reintegration: a 1-10 years follow up outcome study in a Portuguese therapeutic community” (com Susana Henriques), ESA (European Sociology Association) 10 th Conference – Social Relations in Turbulent Times, University of Geneva, Geneva, Suisse (07/09/2011-11/09/2011).
Título	“The Importance of Neighbourhood for Immigrants: Friendship, Social Support and Cultural Practices in Oeiras, Lisbon” (com Manuela Mendes), GEITONIES Conference (Generating Tolerance and Social Cohesion: Comparative Perspectives on Interethnic Coexistence in the City), CEG/IGOT-UL, University of Lisbon, Lisbon, Portugal (28/04/2011-29/04/2011).
Título	“Immigrant’s perceptions about ethnic and racial discrimination: patterns and singularities in Lisbon Metropolitan Area (LMA)” (com Manuela Mendes), I Congreso Internacional Sobre las Migraciones en Andalucía, Universidad de Granada, Granada, Spain (16/02/2011-18/02/2011).
Atividades de promoção de cultura científica	<p>Ser Sociólogo(a) por 15 dias, estágio científico, CIES-IUL (16/07/2012-20-07-2012)</p> <p>Vem Experimentar a Sociologia – Dia de Actividades no âmbito da Semana de C&T, CIES-IUL (22/11/2011)</p> <p>Ser Sociólogo(a) por 15 dias, estágio científico, CIES-IUL (14/07/2011)</p>
Outras funções	
Datas	2010
Função ou cargo ocupado	Reviewer
Publicação	Journal Observatório (OBS*)
Instituição	OberCom – Observatório da Comunicação
Prémios	<p>Prémio de Excelência Académica atribuído pelo ISCTE-IUL pelo desempenho no 1º ano do mestrado em Sociologia, ano letivo de 2010/2011.</p> <p>Menção honrosa atribuída pela Câmara Municipal de Sesimbra no âmbito da 4ª edição do Prémio Científico Sesimbra pelo trabalho “Estudo de Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento do Município de Sesimbra” (com Maria Manuela Mendes e Pedro Brígido) (19-05-2012).</p>

Aptidões e competências pessoais

Língua(s) materna(s) **Português**

Outra(s) língua(s)

Autoavaliação

Nível europeu (*)

Inglês

Compreensão				Conversação				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Aptidões e competências informáticas

Experiência em *software* de análise estatística (*SPSS, R*), análise de equações estruturais (*AMOS*), modelos de regressão multinível (*HLM*), análise de redes sociais (*UCINET, EGONET, PNET*), análise de conteúdo assistida por computador (*MAXqda*), gestão de referências bibliográficas (*EndNote*), sistemas de informação geográfica (*ArcGIS*), inquéritos por questionários online (*Snap Survey*), produção de páginas web (*Dreamweaver*) e edição digital de imagem (*Photoshop*).

Carta de condução Carta de veículos ligeiros (B)